

030ª SESSÃO ORDINÁRIA 14ABR2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Solicito um minuto de silêncio, já que no final da semana Porto Alegre e Rio Grande do Sul tiveram duas grandes perdas: o ex-Vereador, por mais de um mandato, Antonio Losada, cujo velório aconteceu nesta Casa, e o professor de Educação Física, meu colega, técnico de futebol, Paulo Sérgio Poletto.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. MARIO FRAGA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mario Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje tratará do assunto relativo à 61ª Festa de São Jorge. Registramos as presenças do Sr. José Bonifácio Schmidt, mais conhecido como Padre Boni, Pároco da Paróquia São Jorge; do Sr. Jorge Paim, Coordenador da Festa de São Jorge, e do Sr. Francisco dos Anjos, festeiro.

O Sr. José Bonifácio Schmidt está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO SCHMIDT: Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Srs. Vereadores presentes, vimos a esta Casa do Povo, em nome de uma parcela deste mesmo povo, em primeiro lugar, para cumprimentar todos os Vereadores e todos que aqui procuram ajudar o povo na vida do dia a dia, através de leis adequadas às

suas necessidades. Queremos mais uma vez agradecer a inclusão da Festa de São Jorge no Calendário Oficial de Eventos de Porto Alegre, tornada efeito pela aprovação da Lei nº 8.243, de 10 de dezembro de 1998, a partir do projeto de autoria do Ver. Professor Garcia, a quem, pessoalmente, quero também mais uma vez agradecer.

Vimos, neste ano de 2014, convidar, em nome da Paróquia São Jorge e dos numerosos admiradores e devotos do santo, para participar da 61ª Festa de São Jorge, que terá dois momentos importantes. No dia 23, faremos um encontro de fé dentro do espaço do templo, com missas de duas em duas horas, desde as 8h até às 20h; depois das 20h, teremos a Procissão Luminosa, cuja participação tem aumentado em número, de ano para ano. No dia 27, acontecerá, às 9h30min, a Missa Campal, presidida pelo nosso Arcebispo Dom Jaime Spengler, seguida de procissão pelo bairro e festejos no âmbito da Igreja São Jorge durante do dia. Faremos um tríduo de preparação dos festejos nos dias 20, 21 e 22 de abril, com temas muito importantes: fé, conversão e ação - sempre às 19h30min.

Queremos também dizer e prometer colaboração, como entidade da Cidade, para tudo aquilo que uma limitada paróquia poderá oferecer. Não nos sentimos fora da cidade de Porto Alegre, mas, por nosso amor pela Cidade, profundamente integrados. Não conseguimos fazer o melhor, mas queremos nos tornar cada vez mais competentes naquilo que é nosso compromisso, como cidadãos marcados pela sua fé em Cristo Jesus, Nosso Senhor.

Professamos aqui nossa certeza de que Porto Alegre poderá ser cada vez mais um lugar aprazível para todos, como é o sonho, certamente, de cada um dos Vereadores desta prestigiosa Casa do Povo.

Um abraço carinhoso e os votos de benção e a intercessão de São Jorge, o guerreiro do bem e vencedor do dragão do mal.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Meu ilustre Sacerdote, Pároco José Bonifácio Schmidt, quero, em nome da minha Bancada do Partido Progressista, da nossa Líder, Ver.ª Mônica

Leal, dos Vereadores Kevin Krieger e Guilherme Socias Villela e em meu nome, dar-lhe as boas vindas. O senhor e a Paróquia São Jorge são sempre muito bem vindos nesta Casa, que já oficializou, pelo projeto do Ver. Professor Garcia, a inclusão da festa no Calendário Oficial de Eventos da nossa Cidade, e, com um projeto de minha autoria, oficializou o nome de São Jorge para o viaduto que está sendo construído ao lado da Paróquia.

Nós queremos agradecer o convite que o senhor nos fez. Dias 20, 21 e 22, o tríduo noturno às 19h30min; depois, no dia 23, que é o dia da festa, a procissão luminosa; dia 27, a missa campal, a grande festa, que é a segunda maior festa religiosa de Porto Alegre, só perdendo para a festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Depois, aquele sensacional almoço, e eu peço a todos que vão com antecedência, porque a festa é muito concorrida e não tem espaço para todos. Nós precisamos muito fortalecer estas festas e precisamos também, Padre Bonifácio, das bênçãos de São Jorge sobre a nossa Cidade, para que ela continue progredindo e lutando sempre pelo bem-estar da nossa gente. Meus parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Eu tenho muito prazer e muita honra de poder, em nome do Ver. João Derly e em meu nome, dizer ao Padre José Bonifácio Schmidt, Pároco da Igreja São Jorge, que eu sou moradora do bairro Jardim Botânico há 42 anos, então essa relação com a Igreja São Jorge é muito concreta, não só minha como da minha família, e está aqui (Mostra o amuleto.). Eu sou devota de São Jorge, que, no nosso sincretismo religioso - e essa paróquia tem essa abertura e tem o entendimento da conformação das raças que, enfim, contribuíram para a nossa cultura, para a nossa religiosidade -, na umbanda é Ogum. E a procissão é muito tradicional, porque ela absorve todos aqueles que têm em São Jorge uma referência de um santo guerreiro, de uma figura que nos dá a demonstração de que, muitas vezes, temos que enfrentar a maldade para que o bem supere.

Essa paróquia é uma referência para a cidade de Porto Alegre, com a sua procissão luminosa, aquele espaço onde os devotos acendem as suas velas. É uma paróquia que reúne as pessoas, e é uma referência para a comunidade.

Então, com certeza, estaremos participando, e digo com toda a tranquilidade que São Jorge é um santo que a todos nós contempla pelo seu significado na luta pelo bem, na luta pela paz, na luta pelos direitos de todos.

Eu sou devota de São Jorge, e na linha que professo, que é a de umbanda, sem dúvida nenhuma, sou filha de Ogum. E digo isso ao senhor com toda a tranquilidade, porque isso é respeitar o sincretismo religioso, isso é respeitar a diversidade maravilhosa que conforma a Nação brasileira, um País completamente diferente, no qual todos convivemos em paz e para o bem maior da nossa população.

Parabéns, Padre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver.^a Jussara Cony. O Delegado Cleiton está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DELEGADO CLEITON: Padre José Bonifácio, trago aqui a minha saudação e o respeito da Bancada do PDT, por tudo aquilo que o senhor representa, por tudo que representa a Paróquia de São Jorge. E, em nome de toda aquela comunidade, gostaria de saudar também o nosso amigo Jorge e os demais presentes aqui, dizendo que esse santo nos traz uma grande proteção. E eu, por ser policial, acima de tudo, tenho este carinho, este respeito pelo santo que é nosso padroeiro. E, também, por ser cavaleiro, e, ano passado, nós fizemos a Cavalgada de São Jorge, e gostaríamos que este ano também ocorresse essa Cavalgada, porque já estamos incluindo-a no Calendário Oficial de Porto Alegre.

Gostaríamos também de saudar o Padre Paulo, que agora está na Restinga, na Igreja de Nossa Senhora Aparecida, sempre falando em nome de São Jorge. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Delegado Cleiton. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Pároco José Bonifácio Schmidt, queremos lhe cumprimentá-lo, em nome da Bancada do PMDB, por mais um evento que já é tradição na Cidade há longos anos, da Igreja São Jorge, e, também, por esse santo ter tantos devotos, sendo motivo até de novelas, de vendas de jóias, com o símbolo do santo. Todos que estamos aqui, certamente, já passamos por essa Igreja, que é tão conhecida em Porto Alegre. Desejamos uma boa festa, com muitos participantes, e que a fé continue.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver.^a Lourdes. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, falo em nome do meu Partido e em nome dos Vereadores Tarciso Flecha Negra, do PSD, e Bernardino Vendruscolo, do PROS, da bancada dos independentes. Padre, quero dizer ao senhor que eu nasci e moro naquele bairro e que eu acho que, em cada casa que nós formos, teremos uma santa; em quase todas as casas, está presente o símbolo da vitória, da determinação, da fé de um povo que luta. E eu acho que o nosso santo representa muito bem a luta do povo, para que a gente siga avançando. Com força e fé, nós vamos fazer um grande ato nesse dia.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o nosso Pároco e, além de trazer o reconhecimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores, dizer que vocês têm um trabalho inserido não só na comunidade, mas como referência da Cidade. A Paróquia São Jorge ocupa e desenvolve esse trabalho com magnitude. E, por último, eu e o Ver. Tarciso – apesar de não ter sido autorizado por ele – pedimos uma benção ao nosso time para ver se melhora um pouco. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Queremos agradecer a todas as Bancadas. Eu quero dizer da minha alegria pessoal por, há 16 anos, ter incluído a Festa de São Jorge no calendário de Porto Alegre. E, numa situação toda atípica, Padre José Bonifácio, porque, naquela época, ainda não existia a EPTC, mas a Secretaria Municipal de Transportes, que reclamava muito, no final da missa, que trancava toda a Av. Bento Gonçalves. Aí, na época, nós fomos sentar com o Padre Olavo Moesch, para propor, então, uma alteração e criar a figura do domingo. Ele me disse: “Mas, Garcia, tu estás louco, fazer no dia 23, e a procissão no domingo, Não vai vir ninguém”. E estava aquela pressão, aí um dia ele me chamou e disse: “Olha, vamos tentar”. Eu lembro que, no terceiro ano, ele me olhava com um sorriso enorme e dizia assim: “Me criaram um problema, que coisa boa! No dia 23 superlota, e no primeiro domingo tem tanta gente, que eu nem sei de onde sai”. Então, realmente, hoje essa festa tem mais de 50 mil participantes, é a segunda maior festa religiosa de Porto Alegre. Padre José Bonifácio, agora o senhor vai assumir, vai ser a sua primeira vez, mas quero dizer da alegria de eu ter podido trabalhar com o senhor há uns 25 anos, quando o senhor era pároco aqui na Igreja das Dores, e eu, coordenador do Colégio das Dores, então tinha uma atividade muito próxima entre igreja e escola. Quero agora, nas suas despedidas, reiterar o convite para fazer a benção que foi solicitada, mas não só para os gremistas, também para os colorados e para todos aqueles que, independente de clube, tem na sua fé um motivo de viver melhor.

O Sr. José Bonifácio Schmidt está com a palavra para as considerações finais.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO SCHMIDT: Quero agradecer muito a ocasião que nos foi dada. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, é um prazer muito grande estar aqui. Ainda mais em se tratando de São Jorge, o santo, como alguém me dizia antes, mais popular seguramente. Também me alegro muito de ver aqui o patrono, o santo patrono de muita gente aí. Vejo ali as pessoas olhando e participando ativamente, os vizinhos da Igreja São Jorge. Eu gostaria de invocar a benção de São Jorge para todos nós. Ó Pai, Senhor do céu e da terra, olha com carinho, por intercessão segura de São Jorge, sobre todos os que trabalham aqui nesta Câmara de Vereadores, sobre todos os presentes e também sobre toda a cidade de Porto Alegre. Benção, paz, intercessão de São Jorge, para que todos

sejamos guerreiros do bem contra o dragão do mal e possamos ser como São Jorge, perseverantes na luta, vencedores do mal, e para que o pequeno paraíso que a terra possa ser, seja uma antecedência daquilo que um dia, quem sabe, vamos experimentar juntos de vós, ó Pai, no céu. Concede benção, saúde e paz para todos, em nome do Pai, do filho e do Espírito Santo. Amém.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Agradecemos a presença do Sr. José Bonifácio Schmidt, Pároco da Paróquia São Jorge. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h42min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (14h43min) Estão reabertos os trabalhos.

Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Any Oritz, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 14 de abril de 2014.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Guilherme Socias Villela, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 14 a 16 de abril de 2014.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após, retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado para homenagear o Dia do Exército, nos termos do Requerimento nº 009/14, de autoria da Ver.^a Mônica Leal. Convidamos para compor a Mesa: o General de Exército Carlos Bolívar Goellner, Comandante Militar do Sul; o General de Divisão Manoel Luiz Narvaz Pafiadache, Comandante da 6ª Divisão de Exército; o General de Divisão Fernando Vasconcellos Pereira, Comandante da 3ª Região Militar; o General de Brigada José Soares de Cunha Mattos, Comandante da Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército; o General de Brigada Luiz Carlos Rodrigues Padilha, Assessor de Relações Institucionais do Comando Militar do Sul.

(O Hino Nacional é executado pela Fanfarras do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, sob a regência do Tenente Carlos Alberto.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Mônica Leal, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

A SRA. MÔNICA LEAL: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Uma boa tarde a todos os presentes neste período de Comunicações dedicado ao Dia do Exército aqui na nossa Câmara Municipal de Porto Alegre. Cumprimento o General Bolívar, Comandante Militar do Sul, as senhoras e os senhores que vejo nas galerias, integrantes da grande e valorosa família verde-oliva. Lembrar o Dia do Exército nesta tribuna é sempre responder com gratidão a essa Instituição que faz parte da minha vida devido à trajetória militar seguida por meu pai, o Cel. Pedro Américo Leal. Sempre que me pronuncio em torno dessa data, relembro os seus passos no Exército, servindo no Rio de Janeiro – sua cidade natal –, vindo para Porto Alegre, conhecendo a minha mãe, construindo laços e aqui sedimentando sua carreira militar. Por conta disso, tivemos a oportunidade inesquecível de morar da Vila Militar de Resende, no Rio de Janeiro, onde ele retornou para cumprir uma etapa da sua caminhada. Então, imaginem a dimensão do Exército na minha vida e na vida dos meus irmãos, que crescemos dentro da família verde-oliva. E, naquela época, trouxemos as primeiras noções de disciplina, de civismo, de respeito aos símbolos, aos valores, aos heróis e às vitórias já conquistadas. Aprendemos a cantar o Hino Nacional com a mão direita no peito, a cumprir com a palavra, a ter determinação, retidão e saber que missão dada é missão cumprida. Muitos

já me ouviram falar desse aprendizado, do que aprendi com um pai militar, que depois seguiu a sua trajetória política – de Deputado Estadual e Vereador – de sucessivos mandatos. Eu creio que tudo que assimilei naturalmente disso contribuiu para a minha vida pessoal e profissional. E é algo que nunca – jamais – perderei! E, a cada ano, relembramos a história do Exército Brasileiro, marcado nos primórdios pela Batalha dos Guararapes, depois, por sua instituição oficial na época do Império, todo o seu crescimento e consolidação ao longo dos anos, incluindo o avanço de admitir mulheres em suas fileiras. Sempre na missão da garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem e dos interesses nacionais, do desenvolvimento do bem-estar social.

Junto ao braço forte e em constante treinamento e aprimoramento, sempre de prontidão, temos a mão amiga para além das situações de guerra. Distribuído em oito Comandos Militares, o Exército desenvolve, em todo o Brasil, operações complementares, que agem diretamente na construção da infraestrutura do País, no auxílio em calamidades públicas, na defesa civil ou atividades de responsabilidade social.

Dentre estes Comandos, o nosso Comando Militar do Sul carrega a forte tradição militar proveniente deste continente de São Pedro, no século XVII, onde as fronteiras já eram motivo de disputas e estratégias diplomáticas, e do qual o Rio Grande do Sul nasceu forte, aguerrido e bravo.

Passadas as guerras históricas, como a da Tríplice Aliança e a 2ª Guerra Mundial, hoje, a participação internacional do Exército Brasileiro se dá nas missões de paz em países que necessitam de uma intermediação para seus conflitos, como Angola, Congo, Haiti e, também, no Oriente Médio.

Atualmente, é peça fundamental e motivo de muita admiração e respeito nas ações de retomada da paz nos conjuntos de favelas do Alemão, da Penha e da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, uma experiência que está em andamento, colhendo resultados e mostrando o comprometimento dos militares no combate à violência e à criminalidade, sempre em benefício da população brasileira.

Está também o nosso Exército frente à operação, em parceria com o Ministério da Defesa, no combate ao crime organizado, na proteção das fronteiras; também na segurança preventiva, na fiscalização, em projetos na área do conhecimento e da

tecnologia, na preocupação com a completa formação dos seus soldados e de futuros soldados, através dos Colégios Militares.

E outra grande missão que vem por aí é a realização da Copa do Mundo de futebol no Brasil, onde veremos sua atuação integrada aos órgãos de segurança pública, zelando pela ampla garantia de ordem do evento por terra, água e ar.

O certo é que em toda e qualquer tarefa está gravado o sistemático acatamento às leis, aos regramentos, à hierarquia, à disciplina e o ao amor à Pátria – o que é louvável, pois mostra a solidez e a identidade dessa instituição secular.

Iniciei este pronunciamento falando em gratidão e o termino da mesma forma: quero agradecer ao General Bolívar pelos seus 47 anos de dedicação ao Exército Brasileiro.

O Sr. Engº Comassetto: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Sr. Presidente, Ver.^a Mônica, quero, em nome da minha Bancada do Partido dos Trabalhadores, cumprimentá-la; e cumprimentando o General Bolívar, cumprimento o Exército Brasileiro; quero dizer que essa Instituição que se fortalece a cada dia na Constituição e na fortificação da democracia brasileira, o Exército vem cumprindo o seu papel e a cada vez que é chamado para afirmar o Brasil como um país que cultua e defende a paz está sempre presente. Um grande abraço. Vida longa ao Exército! Obrigado, Ver.^a Mônica.

A SRA. MÔNICA LEAL: Obrigada, Vereador. Quero agradecer ao General Bolívar pelos seus 47 anos de dedicação ao Exército Brasileiro e pela recente atuação à frente do Comando Militar do Sul, do qual em breve se despede.

Quero fazer também um agradecimento ao coronel da minha vida, ao meu pai Pedro Américo Leal, que me ensinou a amar a família verde oliva acima de tudo. Obrigada a todos, foi um privilégio poder prestar esta homenagem. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu venho a esta tribuna em meu nome e do Ver. João Derly, portanto, em nome da Bancada do Partido Comunista do Brasil, cumprimentar a Ver.^a Mônica, antes de mais nada, por esta iniciativa de homenagear o Exército Brasileiro. E esta homenagem ao Exército pressupõe, sem dúvida, o reconhecimento do seu papel estratégico ao longo da história do Brasil, ao longo de toda a nossa história, na defesa da soberania nacional e da garantia da democracia e das instituições. E o faço em nome do meu Partido, o PCdoB, lembrando, sim, porque mais de 5 mil militares, membros do Exército foram, em um período histórico do nosso País, cassados pelo golpe militar de 1964 e pela ditadura militar que se seguiu. Esse processo teve antecedentes em nosso Estado, foi a maior referência, porque essas coisas fazem parte da história do Brasil, para que nós possamos chegar a esse momento da Nação brasileira, a esse momento do Exército Nacional, que teve os seus antecedentes na Legalidade, liderada pelo Leonel Brizola, e que na figura inestimável do Comandante do 3º Exército, General Machado Lopes, teve um bravo defensor da Constituição, para garantir a posse do então Vice-Presidente eleito, João Goulart. E não posso deixar de fazê-lo, porque membro fui da juventude da Legalidade. E esses são fatos históricos que nos ajudam a compreender a história do Brasil e nos ajudam, cada vez mais, a ter uma visão estratégica de União, para que essa Nação tenha o seu desenvolvimento econômico, social, político e a sempre garantia das liberdades democráticas. Então é como alguém que foi liderada, e na minha juventude estive junto nesse processo da Legalidade, por Aldo Arantes, Presidente da UNE. E eu quero, nesse momento, Ver.^a Mônica, homenagear todos aqueles militares que foram cassados, porque se perfileram contra, naquele momento da história do nosso País. E também me lembro dessa história, através do Marechal Henrique Teixeira Lott, do Capitão Carlos Lamarca, do Chefe da Casa Militar do Presidente João Goulart, Ladário Pereira Teles, e na figura histórica - que não naquele momento, mas em momento anterior -, do Cavaleiro da Esperança, o condutor da Coluna, que percorreu o Brasil na sempre e incessante luta da história do nosso País, pelos direitos do povo, por soberania e democracia, Capitão Luiz Carlos Prestes. Ao Exército de hoje, a homenagem do Partido Comunista do Brasil; ao Exército deste tempo histórico que conquistamos no debate de ideias, na luta do povo brasileiro, e é muito bom que se reconheça neste momento que nas fileiras do Exército estão as filhas e os filhos do povo brasileiro, e muito bom que a Ver.^a Mônica tenha

trazido aqui a participação das mulheres no Exército. Quero dizer também que homenagem, em função das várias profissões que no Exército Nacional dão a sua contribuição para o nosso País, e como sou farmacêutica, profissional de saúde, faço as profissões de saúde, de um modo geral, e, de um modo muito particular, a minha profissão, Farmacêutico, pois os profissionais de saúde tem um papel estratégico inclusive nas missões de paz, e também na defesa dos locais onde, muitas vezes, nenhum médico chega. Quero destacar também o papel do Exército nesta área de saúde. E essa nossa homenagem pela retomada, como deve ser uma sociedade democrática na defesa da soberania e das liberdades democráticas. Eu venho de um Partido que, na ditadura militar, sem dúvida nenhuma, lutou pela democracia, o meu Partido não nega a sua história. Finalizo dizendo que nós, brasileiros, que há pouco cantamos o Hino Nacional em unidade de ação, temos que saber entender e olhar a história para que essa história, cada vez mais, seja glorificada pela união e pela paz. É disso que nosso País precisa, e a esse Exército de hoje e esse tempo diferenciado quero render, em nome do meu Partido, a minha homenagem.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigada, Ver.^a Jussara Cony. Registro a presença do Sr. Julio César Carpani, representante da OAB, Chefe de Gabinete da OAB/RS. É um prazer tê-lo aqui; bem como o Sr. Sérgio Fett Sparta de Souza, Coronel de Infantaria; e do Sr. Marcelo Cantagalo dos Santos, Coronel de Cavalaria e Assessor Parlamentar do Comando Militar do Sul. Sejam bem-vindos a esta Casa.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Venho a esta tribuna, primeiro, para homenagear a Ver.^a Mônica Leal, proponente deste momento cívico que nós, da Casa do Povo, temos a liberdade de homenagear o Brasil. Por que digo Brasil? Porque, ao homenagear o Exército Brasileiro, estaremos homenageando o Brasil. Quero fazer referência, Coronel Sparta, V. Exa. que me conhece há bastante tempo, até porque fui soldado da PE por longos dois anos, mas eu trago na veia a cavalaria – desculpem-me, mas eu tenho que fazer essa referência aos generais, aqui, e faço um destaque ao General Rinal Vasconcellos e ao General Padilha.

O que seria do Exército Brasileiro se não fosse a cavalaria rio-grandense e brasileira? Feita esta referência, eu sei que os senhores e as senhoras ficam um pouco sentidos, mas nós não temos culpa, somos da cavalaria brasileira e rio-grandense.

Entendo perfeitamente, este é o momento em que nós estamos aqui, de forma respeitosa, homenageando o Exército Brasileiro, o Brasil, como eu disse, mas fazem também parte esses registros que não são uma concorrência entre as armas, mas uma brincadeira sadia, Comandante Bolívar, V. Exa. que sabe melhor do que este soldado brasileiro.

Evidentemente que, em determinados momentos e aqui desta tribuna, nós seguidamente ouvimos discursos, e há, sempre, uma necessidade de resgatar o passado. E a história bem contada é sadia e faz bem a todos nós, brasileiros, de forma que, hoje, a grande comandante das Forças Armadas é a nossa Presidente Dilma - ela é a grande comandante das Forças Armadas. E o Exército Brasileiro, a Aeronáutica e a Marinha estão subordinados à nossa grande comandante, que é a Presidente Dilma. Nós temos que ter muita clareza sobre as questões de hierarquia no Brasil e dentro das Forças Armadas. Este é um apelo que faço, para que não venhamos a esquecer as questões de hierarquia. E, para se garantir a democracia, há que se respeitar, sim, a Constituição. A Constituição brasileira reflete e espelha exatamente o sentimento do povo brasileiro. É claro que, se em determinado momento, foi necessária uma ação maior, foi, sim, porque o povo brasileiro assim exigiu. Se houve - e eu tenho certeza de que houve - exageros, foram de ambos os lados. E que esses exageros, esses acontecimentos sirvam para que nós possamos, aqui, estar sempre de mãos dadas. E quem diria que hoje nós estamos aqui, com as diferentes correntes políticas, trabalhando, fazendo os nossos discursos de forma respeitosa.

Enquanto a Ver.^a Jussara Cony fazia o seu pronunciamento, eu estava a admirá-la, porque esta é a democracia. Nós só estamos convivendo nessa harmonia, porque nós estamos em uma democracia. E, para se chegar a uma democracia, há toda uma caminhada; e, para se manter a democracia, precisamos ter braço firme, o braço das Forças Armadas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Para concluir, então, para se manter a democracia, nós precisamos dos esteios, esteios estes que são compostos pela força, pela mão amiga do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A ordem social, Comandante, está acima de tudo, mas não esqueçam da Cavalaria Rio-

Grandense, porque Osório disse: “É fácil comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever.” Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O General do Exército, Carlos Bolívar Goellner, está com a palavra.

O SR. CARLOS BOLÍVAR GOELLNER: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Senhora proponente, Ver.^a Mônica Leal, em nome dos quais eu saúdo todos os Vereadores desta Casa. Eu agradeço aqui em nome de cada soldado do Exército Brasileiro, espalhado por este Brasil ou espalhado no exterior cumprindo missão de paz: muito obrigado! Agradeço em especial à cidade de Porto Alegre, representada pelos senhores, em nome das organizações militares e de todos os militares que vivem nesta Cidade. Muito obrigado pela acolhida.

Eu creio que neste momento em que nós comemoramos o Dia do Exército seria oportuno eu ler a mensagem do Comandante do Exército, se os senhores me permitem (Lê.): “Neste 19 de abril o Exército celebra, trabalhando, o seu aniversário de criação, cujo nascimento se deu no longínquo 1648 nos Montes Guararapes. Havia, naquela época, um território ameaçado pelo invasor; havia um sentimento de corresponsabilidade com a jovem Nação; e havia grande vontade de um povo de se autodeterminar. Enfrentamos e vencemos. Fomos gestados, portanto, em um ambiente de lutas e de sacrifícios de um povo valente, traduzido pelo sentimento de patriotismo – unindo raças e credos – que se incorporou definitivamente ao caráter da nossa gente. Assim, já se vão 366 anos de dedicação à Pátria, movidos pelo sentimento de servir. A história do Exército confunde-se com a história do Brasil. A história do Brasil confunde-se com a história do Exército. Podemos afirmar que a formação da nacionalidade brasileira tem a impressão digital da nossa força. Estivemos presentes na manutenção da unidade nacional; na demarcação definitiva das nossas fronteiras; na independência da Colônia; no fim da escravidão; na proclamação da República; na preservação da integridade do território brasileiro; no esforço da preservação da paz mundial; na proteção da nossa gente, vitimadas por desastres naturais; na pacificação de áreas conturbadas e no desenvolvimento nacional.

Mas mesmo com esse passado histórico, e participando intensamente no presente, nas inúmeras demandas da sociedade a quem nós servimos, o Exército mantém os olhos postos no amanhã, haja vista que o passar do tempo não prepara o futuro. O futuro precisa ser construído com planejamento criterioso e trabalho duro, que é o que temos feito. Sabe-se que apenas deleitar-se com as conquistas do passado é o caminho mais curto para o desastre futuro. A arrogância é o rastilho da queda. Por isso, preservando os imutáveis símbolos, valores, história e tradições, com elevado e sólido índice de confiança da sociedade, seguimos evoluindo, mudando, transformando para acompanhar o crescimento do Brasil, que nos cabe defender. Não perdemos tempo e energia decantando glórias do passado. Quando as recordações superam os sonhos, o fim está próximo. Sabe-se que as organizações que vivem a olhar sobre seus próprios ombros, não se dão conta do trem que avança em sentido contrário. No palco da vida a cortina ergue-se todos os dias. Nesse contexto, se inclui o profundo processo de transformação pelo qual vem passando o nosso Exército para capacitar a Força a enfrentar e vencer os desafios na Era do Conhecimento. São projetos estratégicos robustos, novos materiais, nova doutrina, capacitação em defesa cibernética, busca de poder dissuasório – tudo em andamento. Em síntese, estamos receptivos às mudanças, incorporando novos processos, valorizando a ousadia, a criatividade, valorizando o questionamento e a coragem – tudo com foco na missão da Força e no futuro do Brasil. Prontos para enfrentar o amanhã, assim que ele se tornar hoje. Soldado do Exército Brasileiro, a missão está posta! E a hora é esta. O desafio é ostensivo e todos os soldados estão com mãos à obra, unidos e coesos como sempre estivemos. E, trabalhando, celebremos com justificado orgulho mais um aniversário do nosso Exército Brasileiro, Instituição Nacional, regular e permanente, com uma maturidade estratégica e senso de legado. Gente patriótica, comprometida com o futuro do Brasil, sempre que precisarem chamem o seu Exército. Dia 19 de abril, Dia do Exército! Há 366 anos, sempre pelo Brasil!” Obrigado à cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, General Bolívar. Queremos, mais uma vez, parabenizar a Ver.^a Mônica Leal pela iniciativa. Neste momento, convidamos todos os presentes para cantar o Hino Rio-Grandense e, logo após, a Canção do Exército.

(O Hino Rio-Grandense e a Canção do Exército são executados pela Fanfarras do 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, com a regência do Tenente Carlos Alberto.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Agradecemos a presença das senhoras e dos senhores e damos por encerrada esta homenagem. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Pedro Ruas.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-tarde a todos e a todas, em primeiro lugar, quero agradecer ao Ver. Pedro Ruas por me ceder este tempo, no período de Comunicações, para usar esta tribuna para falar de uma grande preocupação do nosso Estado: a luta por uma educação com qualidade. Nós estamos enfrentando, mais uma vez, um Governo que não respeita a escola pública. Nós estamos enfrentando mais um ano em que faltam, Ver. Professor Garcia, milhares de professores nas escolas estaduais. O Secretário Estadual da Educação tem a cara de pau de mentir publicamente dizendo que não faltam professores, quando os dados são contundentes, há ausência de professores de várias áreas em um Estado que realizou concurso no ano passado para o magistério com 13 mil aprovados, sendo que vários estão conosco na tarde de hoje e estão num movimento legítimo e necessário para que sejam imediatamente nomeados. Nós temos 13 mil pessoas aprovadas em um concurso público – estudaram, qualificaram-se; ao mesmo tempo, não temos sequer mil concursados chamados por este Governo. Foram menos de mil, se não me engano. No ano passado, foram 52; agora anunciaram novo chamamento que não chega nem a 5% do total de professores disponíveis para valorizar a escola pública. Ao contrário, o Governo segue usando um mecanismo que precariza o trabalho do professor, que são os contratos temporários; são profissionais com menos direitos, arrojados por baixos salários e, ao mesmo tempo, é uma forma de burlar o concurso público, e os profissionais ficam na rede estadual esperando ser nomeados. Vários contratados fizeram

o concurso e esperam a nomeação. Muitos outros estão aqui esperando que nós, Câmara de Vereadores de Porto Alegre, nos posicionemos em relação ao tema.

Eu queria dar a minha solidariedade aos trabalhadores em Educação que estão aqui. Nós estamos muito preocupados com a educação no nosso Estado, porque o Governo não cumpre sequer o que a Constituição estadual determina que seja investido nas escolas públicas. Nós temos 50% das escolas que não têm bibliotecas para servir de espaço fundamental no processo de ensino aprendizagem, por falta de bibliotecários - aliás, há mais de 15 anos não há concurso público para bibliotecários na rede estadual. Nós temos a ausência de funcionários, de trabalhadores nos serviços de orientação estadual, e está aqui a Marliane Ferreira, que é uma lutadora, trabalhadora em educação, linha de frente da luta dos trabalhadores em educação no nosso Estado.

Nós temos um Governo que descumpra a lei, que é o piso nacional do Magistério. Eu deixei na minha mesa a tabela dos vencimentos: nós temos professores de 20 horas ganhando um salário básico de R\$ 520,00! É uma vergonha! Um desrespeito completo com aqueles que estão cotidianamente dentro das escolas, para fazer um processo tão difícil como é o processo educacional, sem condições - muitas vezes sem giz - para poder dar aula, sem condições de utilizar a biblioteca, sem condições para fazer a prática desportiva. A quantidade de escolas que não têm espaço para a prática desportiva é escandalosa, e, ao mesmo tempo, nós temos um Governo que destina R\$ 25 milhões para estruturas temporárias da Copa, com isenções fiscais.

Nós temos isenções bilionárias para as grandes empresas capitalistas; nós temos projetos que foram aprovados pela Assembleia, que ampliam os Cargos em Comissão, enquanto os trabalhadores em educação seguem sendo arrojados, o piso segue não sendo pago, enquanto as escolas seguem com dificuldades, e os estudantes sofrem com a superlotação na sala de aula, e a ausência, durante meses, muitas vezes, de profissionais, de professores, para determinadas matérias.

Eu queria, Professor Garcia - e já consultei o Ver. Ferronato – pedir que nós votássemos essa Moção antes de entrar nos projetos polêmicos da tarde de hoje, respeitando os trabalhadores que estão aqui conosco, para que possamos aprovar uma Moção de Apoio ao imediato chamamento dos professores aprovados no concurso público.

E para que esta Casa demonstre respeito aos trabalhadores em educação, nós esperamos a votação e a aprovação de todos, e ao mesmo tempo fornecer um

mecanismo que ajude essa luta... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu quero aqui, em respeito - e para dar a visibilidade à demanda que trazem aqui - aos professores e às professoras, falar do tema da educação estadual do Rio Grande do Sul. Conversava, agora, com a assessoria do Secretário de Educação, e a sua meta, nesse segundo concurso - sendo que todos os aprovados no primeiro concurso, que nesse período de um mandato já ocorreu, e já estamos na nomeação do segundo -, é a nomeação de 1.500 professores a cada 45 dias, que é a capacidade operacional que o Estado tem.

Portanto, a demanda de vocês está acolhida, está sendo aplicada e será acelerada na medida em que é possível a estrutura administrativa dar conta dela. Não é pequeno o esforço que faz o Governo do Estado do Rio Grande do Sul para sair do estado mínimo, de um Estado que gastava muito pouco com educação; um Estado que deixou um déficit brutal na estrutura física da escola.

Eu me lembro dos nossos debates com a Professora Mariza, Ver.^a Fernanda, porque houve uma política clara, sim, há época da Governadora Yeda, de fechar todas as bibliotecas; não tinha profissional para atuar nas bibliotecas e as equipes diretivas foram completamente desguarnecidas de profissionais.

Então, nós pegamos um Estado com mais de 20 mil professores em contrato temporário, com uma mobilidade, uma saída e uma entrada diária de professores dos quadros das escolas; um Estado com os quadros de pessoal completamente desprovidos de condições, para além das já deficitárias professoras e professores das salas de aula; um Estado que exigia uma capacidade enorme de trabalho, para fins de recuperação mínima das condições de escola.

E o nosso Governo tem feito esse esforço. Abriu - eu gosto de dizer isso, porque é muito importante - o seu mandato, anulando as faltas que os professores tinham recebido e que impingiram em prejuízos ao plano de carreira, faltas por greve e por mobilização. Abriu o

seu Governo, liberando os diretores de núcleos do CPERS em todo o Estado do Rio Grande do Sul, porque este é um Governo que quer diálogo, que quer uma categoria organizada. Abriu o seu Governo, pensando em uma política salarial não pontual, mas uma política salarial de recuperação progressiva e continuada dos salários, que levará, até o final deste ano, a 76% de aumento, 50% de aumento real. Realizou dois concursos, trabalhou muito pela recuperação física e investiu muitíssimo na essência da educação, quer no debate pedagógico, quer no fortalecimento do professor, do professor autor da sua prática, com o cancelamento da contratação das tecnologias de educação, em que o professor tinha que aplicar, no dia a dia, um projeto pedagógico, uma aula não pensada por si, mas pensada por outros, como eram os projetos pedagógicos, as tecnologias de alfabetização nos primeiros anos.

Esta educação que está em curso é uma outra educação: é uma educação que recebe, com muito carinho, todas as manifestações, toda a luta da categoria, porque nós sabemos que, sem luta, não há educação de qualidade. Nós estamos a ponto de votar o Plano Nacional de Educação, nos mobilizamos, e o Congresso precisa dar o voto final para que 10% do PIB seja investido na educação brasileira, para que essa educação, de fato, dê um saldo de qualidade no que diz respeito aos profissionais e à capacidade tecnológica e científica na sala de aula, com investimento em horas de estudo e em horas de planejamento. A Presidenta Dilma vem investindo na educação do ensino infantil ao ensino superior, mas queremos mais, por isso a conquista dos *royalties* do petróleo para a educação.

São novos tempos para a educação brasileira, e nós queremos acolher a pauta porque trabalha no mesmo sentido.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Tarciso Flecha Negra.

O SR. MAURO PINHEIRO: Presidente, Ver. Professor Garcia; demais Vereadoras e Vereadores, público das galerias, público que nos assiste pela TVCâmara; primeiramente, quero agradecer ao Ver. Tarciso, que nos cede seu tempo em Comunicações para que

possamos falar a respeito de um fato que aconteceu nos últimos dias, Ver.^a Mônica, importante para mostrar como este Parlamento trabalha e funciona. Muitas vezes, Ver. Cláudio Janta, somos criticados, inclusive pelos próprios Vereadores, subestimando o nosso potencial de trabalho e as nossas condições de exercer o nosso trabalho, principalmente na parte de fiscalização. E, muitas vezes, a gente ouve as pessoas e os próprios Vereadores dizendo que CPI não tem resultado, que não vai a lugar nenhum, que os Vereadores não estão preparados para fiscalizar, que não é função deste Legislativo - e eu sempre discordo. E, hoje, Ver. Cláudio Janta, posso falar em cima de fatos, pois nós realizamos aqui nesta Casa, a qual tive a honra de presidir, a CPI do IRG, do Instituto Ronaldinho Gaúcho. Logo após, fui muito criticado, dizendo que não tínhamos chegado a resultado nenhum. Eu fiz um voto em separado e entreguei ao Ministério Público de Contas o nosso voto. No meu voto em separado, eu apresentei que um valor em torno de R\$ 1.700 milhão deveria retornar aos cofres públicos. E, agora, depois de dois anos, Ver.^a Lourdes, o Ministério Público disse que encaminhou o meu voto em separado ao Tribunal de Contas, tendo sido feita uma auditoria em cima do nosso voto em separado. A Auditoria do Tribunal de Contas chegou a um valor de R\$ 1.570 milhão que deve retornar aos cofres públicos, Ver.^a Sofia. Então, está muito próximo daquilo que nós buscamos aqui durante a CPI do Instituto Ronaldinho Gaúcho, demonstrando que, quando se quer, pode se fazer um bom trabalho e um trabalho de buscar os recursos. E agora a Auditoria do Tribunal de Contas ainda não chegou ao final, mas o jornalista Cristiano, do Grupo RBS, fez a solicitação através do Transparência e buscou o relatório - que ainda vai para análise do Ministério Público de Contas e, posteriormente, à votação no Pleno - que aponta justamente isto: R\$ 1.570 milhão, apontando responsabilidades por esses desvios. Ver. Cláudio Janta, que não estava aqui em 2012, já aparecia no nosso relatório a Procempa por compra indevida de materiais para o Instituto Ronaldinho Gaúcho, na casa de R\$ 382 mil; apontados por mim foram R\$ 270 mil em materiais que sumiram do Instituto Ronaldinho Gaúcho.

Então, ao longo do tempo, a gente vai vendo que as CPIs têm condições, sim, de realizar um bom trabalho, assim como tivemos a CPI da Telefonia que chegou a resultados. Esta Casa tem condições! E é importante que as pessoas saibam que os Vereadores aqui trabalham, e, quando querem, podem, sim, buscar a fiscalização. Nós já fizemos a solicitação ao Tribunal de Contas para nos enviar o relatório dos auditores para que a

gente possa esmiuçar posteriormente e comparar com o nosso voto separado as quantias de R\$ 1.570.000 e de R\$ 1.770.000, o que nós já conseguimos descobrir do ano de 2012. Segundo informações da imprensa, o Tribunal de Contas, inclusive, está responsabilizando o Prefeito à época, José Fogaça, por esses recursos na ordem de R\$ 1.570.000.

Então, isso demonstra que a CPI tem, sim, seu valor e que os Vereadores podem, sim, fiscalizar; não só podem, como devem fiscalizar – e continuaremos fiscalizando. A população não aguenta mais, Ver. Brum, esse desperdício de dinheiro, esse dinheiro que some e que é mal encaminhado. Portanto, Ver. Brasinha, está comprovado que, com a CPI, os Vereadores têm condições, sim, de fiscalizar, e nós temos, sim, que cumprir com o nosso papel que está previsto no Regimento, que é o de fiscalizar o uso do dinheiro público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Motorista.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pessoas que nos honram com suas presenças, tanto neste plenário como através da TVCâmara, quero fazer uma alusão à comunidade judaica, que, nesta semana, se volta às comemorações em torno do Pessach, que inicia hoje, dia 14 de abril e se estenderá por sete dias. Também chamado de Festa da Libertação, é a Páscoa dos judeus, quando é relembrada a fuga dos que viviam como escravos no Egito.

A palavra pessach significa “passar além” e, simbolicamente, representa a passagem que fizeram da escravidão à liberdade. Durante as celebrações, um dos costumes é não consumir alimentos que contenham fermento em seu preparo. O pãozinho ázimo, o matzá, feito só com farinha e cereais, faz parte dos rituais. Isso porque a história do êxodo do Egito relata que os israelitas, durante a fuga apressada do cativo, assaram o pão que haviam preparado, mas não puderam esperar a massa crescer. O êxodo do Egito é considerado o evento central da história dos judeus e comemorado todos os anos na festa do Pessach. A abstinência ao fermento, então, virou um hábito durante essa data, quando nenhum alimento pode ser fermentado. Durante as festividades, há um jantar especial de

comemoração chamado Seder Pessach, que reúne toda a família ao redor da mesa, quando o pão ázimo, vinhos e ervas completam a refeição. Salmos e canções populares dão o toque festivo a essa cerimônia.

Quero, aqui da tribuna da Câmara Municipal de Porto Alegre, a Casa do Povo de Porto Alegre, demonstrar a minha admiração pela dedicação da comunidade judaica de Porto Alegre, com a qual convivo e estimo, que revive esse período com muito amor por sua tradição e por sua história. É extremamente importante que nós tenhamos sempre na lembrança a força dessa comunidade, a importância dessa comunidade na cultura, na medicina, na saúde, na tecnologia, pelos avanços em todas as áreas, que muito contribuem para a nossa Cidade, para o nosso Estado, para o nosso Brasil; principalmente em relação à segurança, pois muito se copia daquilo que Israel faz em termos de qualidade da segurança em todos os sentidos, preventiva e também nas necessidades de emergência. Era este o registro que eu queria fazer, Presidente, nesta data em que iniciamos o Pessach da comunidade judaica.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhores que estão nas galerias, hoje completam 102 dias que o senhor está como Presidente desta Casa. Eu conto os dias porque, realmente, o senhor está à Frente desta Casa fazendo um belo trabalho e coordenando intensamente os debates, as Sessões. Até aquele dia em que estávamos lá no Petrópolis, eu não tinha visto um Presidente tão dedicado, desde que estou aqui nesta Casa, como Vossa Excelência. Então quero lhe dar os parabéns: 102 dias, Ver. Professor Garcia.

Senhores, Ver.^a Jussara Cony, claro que hoje eu estou chateado pelo que aconteceu ontem; realmente é triste para nós que somos gremistas, tem um gremistão ali, mas nada pode ser melhor do que um dia após o outro. Isso nos ensina mais a trabalharmos mais também no campo esportivo. E certamente aconteceu que nós perdemos o campeonato, mas teremos imensa satisfação de vencer uma Libertadores das Américas e sermos campeões da América ainda. Então, senhores, Ver. Cláudio Janta, eu venho a esta

tribuna, peço licença ao meu Líder, e ao Ver. Cássio Trogildo, Ver. Paulo Brum, Ver. Elizandro Sabino, eu realmente fico impressionado com o que acontece, Ver. Cláudio Janta. Eu estive, na semana passada, naquela praça em que eu morei, ali na Vicente da Fontoura - eu fui morador daquela praça. Lá tinha um menino. Eu fui falar com ele. O menino tinha 15 anos, Ver. Janta, e ele me fez um relato muito triste, por quê? Esse menino, quando fez 14 anos, queria trabalhar, Ver. Kevin Krieger; só que a atual situação não permite que o pequeno, médio empresário deem emprego para um adolescente de 14 anos. Isso leva cada vez o adolescente a procurar outras coisas, Ver. Janta. O menino me relatou porque ele não conseguiu emprego, porque foi impedido de trabalhar, restando a ele assaltar. Então, meus amigos, está na hora de todo mundo fazer a sua parte. O Brasil tem que dar emprego para a pessoa que queira trabalhar, com 14, 15, 16 anos, que possa ter oportunidade. Não é justo um menino com 14 anos, com estatura grande não poder trabalhar. Fiquei realmente muito chateado quando ele me falou isso, porque eu também fui morador de rua e sei o quanto é difícil, eu tinha 14 anos e não conseguia emprego - naquela época era permitido.

Então, senhores, a Presidente da República, que estava aqui inaugurando uma obra do PISA, poderia ter a grandeza de fazer um projeto que permitisse que as pequenas e médias empresas dessem emprego aos adolescentes de 14, 15 ou 16 anos que quisessem trabalhar por livre e espontânea vontade. Tenho certeza de que a maioria dos adolescentes aplaudiria, trabalharia e não pensaria coisas que não deve pensar. Quero dizer que realmente é triste quando um menino faz esse relato. Fiquei sensibilizado. Acho que as autoridades maiores, Deputados Federais, Estaduais, Vereadores poderiam começar aqui uma campanha para voltar a permitir o emprego após os 14 anos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 11 ao PLCE nº 010/13.

Apregoo Requerimento de autoria dos Vereadores Delegado Cleiton e Márcio Bins Ely, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 08 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 08 ao PLCE nº 010/13.

Apregoo Requerimento de autoria dos Vereadores Delegado Cleiton e Márcio Bins Ely, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 13 ao PLCE nº 010/13.

Apregoo a Emenda nº 14, de autoria dos Vereadores João Carlos Nedel, Mônica Leal, Kevin Krieger e Guilherme Socias Villela, ao PLCE nº 010/13.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 11 ao PLCE nº 010/13.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu recebi hoje, no meu gabinete, um documento que foi entregue ao presidente da COSMAM, Dr. Thiago, do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, juntamente com o comando de greve da saúde, que estiveram paralisados nos dias 26 e 27 de março deste ano. E esse documento dá um relato do que foi a greve dos municpários. Na verdade, foi uma tentativa de negociação dos trabalhadores da Saúde de Porto Alegre, principalmente do Hospital de Pronto Socorro, do PAM da Cruzeiro, do PAM da Bom Jesus. E, na verdade, não houve nenhuma negociação. O Poder Executivo se negou a sentar à mesa com esses trabalhadores e negociar. Em nenhum momento sentou com as entidades que participam desse movimento. Ao contrário; o Poder Executivo simplesmente descontou o dia dos trabalhadores, mas descontou o dia de todos. Não levou em conta as pessoas que estavam trabalhando, que estavam atendendo, e fez um desconto de todo o quadro de servidores da Saúde, seja médico, atendente, enfermeiro.

E chegou às nossas mãos a planilha de atendimento dessas pessoas que atenderam os pacientes. O exemplo que nós temos aqui é a Saúde Mental, onde foram atendidas 14 pessoas nos dias de greve e mais quatro extras, e foi descontado o dia dos atendentes. Também temos aqui, em nossa observação, que havia seis pessoas internadas e foram feitos os procedimentos pelos auxiliares e técnicos de enfermagem. No isolamento clínico, onde foi feito procedimento também dos técnicos de enfermagem, médicos, auxiliares de enfermagem, a observação que se encontra aqui é de adultos e pediátrica também. E no outro dia, dia 27, a Saúde Mental novamente voltou a atender 14 pessoas e cinco extraordinariamente.

O que aconteceu é que o ponto desses servidores, pela Prefeitura não ter adotado nessa área da Saúde e em outras áreas um ponto eletrônico eficiente, foi adulterado. Esse ponto

foi trocado, e foi tirado dos trabalhadores esse direito ao seu salário, sem levar em consideração nada que foi feito. Porque nos dois dias de greve, por exemplo, nós tivemos atendimento pediátrico, 43; atendimento clínico, 93; casos psiquiátricos, 28; curativos, foram feitos 12; dor de dente, 41; falta de ar, 11; febre, 13; avaliação/traumato, 19; e ação cirúrgica, 17. Tudo isso está no prontuário dos atendimentos, e foi descontado do salário dos trabalhadores o não atendimento. Os trabalhadores da Saúde fizeram a sua reivindicação, mas não deixaram, em nenhum momento, de atender as pessoas que procuraram o Hospital de Pronto Socorro, que procuram o posto da Cruzeiro ou da Bom Jesus. Então, eu quero pedir ao Governo que reveja essa posição de não negociar, essa posição arbitrária, esse tipo de atitude que não se vê mais em lugar nenhum, em nenhuma relação de trabalho se vê esse tipo de atitude. Hoje, as partes sentam à mesa e negociam. E nós queremos que a Prefeitura de Porto Alegre, o Prefeito ou o Vice-Prefeito abram as negociações com os trabalhadores da Saúde. A Saúde de Porto Alegre está na UTI, e aguardamos ainda a Bancada do PT para assinar a CPI da Saúde na nossa Cidade. Isso é mais uma prova de que precisamos fazer essa CPI, já que existe a possibilidade de mexer no ponto dos trabalhadores. Só isso já é... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...só isso já seria instrumento suficiente para se fazer um CPI da Saúde nesta Casa. Com força e fé, nós vamos ajudar a melhorar a vida dos trabalhadores brasileiros e principalmente de Porto Alegre na área da Saúde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (16h9min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a votação do Requerimento nº 016/14. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, eu vou fazer um encaminhamento: se formos apreciar da maneira como fizemos na semana passada, de somente colocar em votação, sem discussão, sem encaminhamentos, tudo bem; do contrário, teremos que seguir a ordem. Tivemos uma reunião de Líderes, semana passada, na qual discutimos muito isso, pois, numa determinada Sessão, abrimos uma exceção a um Projeto do Governo e a um do Ver. Nereu D'Avila que não foram discutidos. Simplesmente votamos, sem nenhum encaminhamento. Dessa forma, não teremos dificuldades.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente, eu já encaminhei em Comunicações o Requerimento, então, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Quero lembrar aos Srs. Vereadores que esta presidência não tem autonomia para decidir isso.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, há um acordo, para que ele seja o terceiro a ser votado sem encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Janta só fez uma formulação, agora só quero votar. Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. MARIO FRAGA (Requerimento): Presidente, da mesma forma, requeiro a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a votação do Requerimento nº 026/14. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mario Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, à Emenda nº 02, ao PLCE nº 010/13.

Apregoo Requerimento de autoria do Cassio Trogildo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCE nº 010/13.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, solicitando a retirada de tramitação do PLCL nº 021/98. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento, de autoria do Executivo, solicitando a retirada de tramitação do PLCE nº 004/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Ofício nº 037/14, desta presidência, que informa que a Ver.^a Sofia Cavedon representará esta Casa na Solenidade de Entrega do I Prêmio Diversidade RS, no dia 03 de abril de 2014, no Salão Negrinho do Pastoreio do Palácio Piratini.

Em discussão o PLL nº 082/12, com Veto Total. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 082/12, com Veto Total.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este tema proposto pelo Ver. Mauro Pinheiro talvez não tenha sido bem entendido pelo Governo, e talvez não tenha sido discutido suficientemente nesta Casa com a presença do Governo. Acho que o Ver. Mauro percebeu, com a sua atuação de fiscalização, com as CPIs que aqui realizou, como as do Instituto Ronaldinho e da Procempa, que nós precisamos dar um passo além. Quero iniciar parabenizando o Ver. Mauro, que não é só um Vereador da denúncia, que fiscaliza, mas também é um Vereador de proposição, de propostas. E, a partir da verificação de que a forma pouco republicana, ou pouco pública, ou pouco publicizada, ou observados os princípios constitucionais com que se contratam entidades para fazer parcerias, possibilitam que essas parcerias não sejam tão efetivas, que possam encobrir beneficiamentos, que possam encobrir formas não muito eficazes, eficientes, ou que garantam o interesse público na execução de políticas públicas. E o Ver. Mauro propôs um processo aberto, transparente e acessível a todos, quando o Governo se propõe, deseja fazer uma parceria com ONGs. Estabeleceu critérios, através de edital, ou que deveria ser a forma de se portar de todos os gestores, para as diferentes situações. Nós já discutimos, propomos, debates aqui que concurso público, no caso de contratação para fazer projetos, é uma iniciativa análoga a essa, que o IAB propõe para o caso de projetos, para o caso da estruturação urbana. E o Ver. Mauro propõe que, na

pág. 27

forma de edital, as entidades se habilitem à determinada parceria. E o Governo Municipal fez um veto geral a esse projeto, e usa como argumento do veto a inconstitucionalidade de origem, a interferência no poder do Executivo.

Eu quero lembrar - e o Mauro falava aqui, em período de Comunicações -, que agora, recentemente, o Tribunal de Contas corroborou, identificou através de seus técnicos, um problema sério da parceria da Prefeitura com o Instituto Ronaldinho. O Instituto Ronaldinho Gaúcho, com o qual a Prefeitura fez uma parceria para executar um segundo turno ligado ao esporte, ligado a oficinas de cidadania, teve problemas seriíssimos na prestação de contas, no desvio, no desaparecimento de investimentos importantes, de recursos importantes. Não sabemos até hoje onde os equipamentos comprados de forma sumária pela Procempa - sempre a Procempa, burlando editais, burlando processos transparentes -, como pia de cabeleireiro, chapinha para escova, Ver.^a Lourdes, máquina fotográfica, que nós não sabemos onde estão, e que, supostamente, foram utilizados naquelas oficinas com alunos de comunidades. Ora, o Instituto Ronaldinho Gaúcho, diz o Tribunal de Contas, que deve devolver e responsabiliza o Prefeito à época, R\$ 1,6 milhão de recursos não explicados, desaparecidos. A Instituição do Ronaldinho Gaúcho, que se vocês andarem pela Zona Sul, quem conhece lá vai apontando: “Olha, essa aqui é área do Ronaldinho Gaúcho”. Está comprando toda a Zona Sul de tanto dinheiro que tem, Ver. Cláudio Janta, e precisou receber todo esse monte de recurso da Prefeitura de Porto Alegre.

Então, parece-me que o Governo não aceita boas sugestões para evitar graves erros, pelos quais vai responder. Então, eu acho que esta Casa deveria, com bastante cuidado, ajudar os governos a acertarem e rejeitarem este Veto, acolhendo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 082/12, com Veto Total.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste aqui nesta Casa e pela TVCâmara, eu vou iniciar a minha intervenção no final da fala da Ver.^a Sofia Cavedon: por que o dinheiro público tem que estar indo para as

mãos de pessoas privadas, como no caso do Ronaldinho Gaúcho? Ontem, eu estava mudando os canais da televisão, depois de uma tragédia que houve à tarde, Ver. Pedro Ruas, com uma parcela da população de Porto Alegre, procurando outro programa para ver, e vi um programa sobre as dez barbaridades que as pessoas mais ricas do Brasil fazem. Em primeiro lugar, apareceu o Ronaldinho Gaúcho, que montou um camarote no carnaval de Salvador, levou banda de pagode, gravou um *funk*, e ainda vem pegar dinheiro público, para depois vender jogadores! O Ver. Brasinha falou aqui que conheceu um jovem de 15 anos que não podia trabalhar, mas eles exploram as crianças, porque um jogador de futebol de 9, 11, 12 anos é criança. Exploram as crianças e ainda querem dinheiro público nessa exploração. Para isso não tem Estatuto da Criança e do Adolescente.

Aí a gente vê um projeto de lei, como eu digo aqui, de inveja franciscana, como este do Ver. Mauro Pinheiro, que prevê a transparência, de fato, Ver. Tarciso, no setor público, e a Prefeitura veta! Mas ela podia vetar e, no seu Veto, já endossar o projeto; se é um vício de origem, tudo bem! Mas por que não vetou dizendo: “Há um vício de origem, estamos publicando, pedindo que seja feita essa lei pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre.” Isso é transparência! Isso é nós, é a população de Porto Alegre saber para onde vai o dinheiro público; é a população de Porto Alegre saber para onde vai o dinheiro que, muitas vezes, não tem para a saúde. E esse dinheiro vai para esses acordos que ninguém toma conhecimento, a população de Porto Alegre não sabe o que ocorre.

Ontem, zapeando, peguei o final de uma entrevista com o ex-Prefeito, Vereador desta Casa, João Antonio Dib. Ele dizia que todos os editais – eu não sabia disso – que a Prefeitura fazia para abrir uma avenida, uma rua, ou para fazer uma obra, como a gente vê várias hoje em Porto Alegre, tinham que vir, primeiro, para esta Câmara de Vereadores, para serem discutidos e aprovados. Tinham que vir para cá! Nós tínhamos, no Governo Thompson Flores, o projeto de um viaduto que ia por toda a extensão da Mauá – eu nem sabia disso, descobri ontem, com a entrevista do Dib –, por cima da Mauá até o Gasômetro. O viaduto só não foi aprovado por esta Casa porque o nome dele era o nome de um presidente militar, só por causa disso! Só não foi aprovado nesta Casa por causa disso, nós podíamos ter uma elevada, e esta Casa votava os editais.

Agora, nós estamos propondo um projeto – volto a dizer, Ver. Mauro – que nos causa uma inveja franciscana, porque é um projeto que gostaríamos de apresentar, que

gostaríamos de ver esta Casa aprovar, pois traz transparência para as questões públicas, e aí o Município veta. Veta, simplesmente veta, querendo continuar com o que se vê hoje em dia: vários acordos firmados – isso nós vimos na CPI da Procempa –, vários contratos firmados, de gaveta, sem a população de Porto Alegre, sem esta Casa, onde representamos o povo de Porto Alegre, tomar sequer conhecimento.

Então, eu acho que nós temos que derrubar este Veto e manter o projeto do Ver. Mauro, que vem com o intuito de trazer, de fato, a transparência para a cidade de Porto Alegre. Com força e fé, nós vamos melhorar a vida dos trabalhadores e das suas famílias.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 082/12, com Veto Total, por cedência de tempo do Ver. Pedro Ruas.

O SR. MAURO PINHEIRO: Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. Obrigado, Presidente. Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, Ver. Pedro Ruas, eu vou falar sobre o que está no projeto, porque os Vereadores eu sei que já leram o projeto, mas o cidadão que está em casa não consegue entender o que estamos discutindo porque ele não tem o projeto na sua mão. Eu vou ler, rapidamente, algumas partes do projeto, para que o cidadão que está em casa possa entender o que estamos discutindo. O que é este projeto de lei que foi aprovado por esta Casa e vetado pelo Prefeito? Eu só espero que os Vereadores sigam a sua autonomia, porque o Poder Legislativo tem autonomia, e já foi aprovado pelos Vereadores. E o Prefeito Municipal vetou este projeto, Ver. Tarciso, que, na minha opinião, é um projeto importante para mostrar a transparência na Cidade. O projeto diz o seguinte. (Lê.): “Estabelece regras para a celebração de convênios entre os órgãos da Administração Direta ou as entidades da Administração Indireta do Executivo Municipal e organizações não governamentais (ONGs) ou entidades privadas sem fins lucrativos.” O que significa isso? (Lê.): “Art. 1º Toda intenção de os órgãos da Administração Direta ou as entidades da Administração Indireta do Executivo Municipal celebrarem convênios com organizações não governamentais (ONGs) ou entidades privadas sem fins lucrativos será amplamente divulgada por meio de publicação de edital de chamamento público no Diário Oficial Eletrônico de Porto Alegre (DOPA-e) e em veículos da imprensa local. Parágrafo único. O edital de chamamento público deverá

pág. 30

conter, no mínimo, as seguintes informações: I – especificação do objeto do convênio; II – datas, prazos, condições, local e forma de apresentação das propostas; III – datas e critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas; IV – valor previsto para a realização do objeto do convênio; e V – previsão de contrapartida, quando cabível; e VI – necessidade de apresentação, por parte do proponente, de: a) cópia do estatuto social atualizado e do cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ); b) relação atualizada da nominata de seus dirigentes; c) declaração de inexistência de dívida com o Poder Público; d) comprovante de regularidade com as secretarias da Fazenda Federal, Estadual e Municipal e com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS); e e) atestado de capacidade técnica e operacional, fornecido por entidades privadas ou governamentais, que comprove a execução regular e satisfatória, nos últimos 3 (três) anos, de atividades similares às do objeto do convênio.”

Então, por que isso, Ver. Tarciso? Para evitar o que tem acontecido muitas vezes no Município, no Estado, no Governo Federal, de o Poder Executivo, o Secretário ter o recurso para uma atividade que o Município não consegue atender e transfere esse recurso para uma entidade sem fins lucrativos, uma ONG, através de um convênio. Só que o que a gente tem visto na prática é que esse recurso é passado para uma ONG que, muitas vezes, não tem as mínimas condições de exercer essa atividade, quando não são ONGS feitas ali, na última hora, para poder pegar o recurso que está disponível no Executivo. Não são entidades que têm um trabalho sério e que estão há anos trabalhando. Estas, muitas vezes, não conseguem esses convênios porque não são amigas do Secretário, do Prefeito.

Então, este projeto é para evitar o mau uso do dinheiro público, para que aquelas entidades que estão há anos trabalhando, muitas vezes sem nunca ter recebido um real do Poder Público, possam concorrer com essas entidades apadrinhadas politicamente.

Queremos evitar que depois, mais tarde, o Tribunal de Contas esteja apontando irregularidades, como no Instituto Ronaldinho Gaúcho, que foi organizado para pegar o dinheiro público, porque não é uma entidade que já existia há anos com um trabalho sério.

O Ver. Tarciso, que tem uma entidade que trabalhava, nunca conseguiu recurso. O Instituto Ronaldinho Gaúcho, que foi montado nas últimas horas, recebeu R\$ 5 milhões, e

deu no que deu: CPI, apontamentos e, agora, inclusive, o próprio Prefeito Fogaça vai ter que responder sobre R\$ 1,6 milhão.

É para isto esta lei: para evitar o desvio de recursos públicos e o apadrinhamento político de ONGs, muitas vezes nem tão sérias quanto aquelas que realizam um trabalho há anos e que não conseguem recursos.

Por isso, peço o voto dos Vereadores para manter a independência do Poder Legislativo.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação nominal o PLL nº 082/12, com Veto Total. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 13 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**; 01 **ABSTENÇÃO**. Mantido o Veto.

Apregoo a Emenda nº 16, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Pedro Ruas, ao PLCE nº 010/13.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Pedro Ruas e Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 16 ao PLCE nº 010/13.

Em votação o PLL nº 006/14. (Pausa.) Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel, a Emenda nº 02 ao PLL nº 006/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, o PLL nº 006/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Apregoo a Emenda nº 15, de autoria dos Vereadores Jussara Cony e João Derly, ao PLCE nº 010/13.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 15 ao PLCE nº 010/13.

Em votação o Requerimento nº 016/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 026/14. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 026/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia, desculpe-me, eu entendi que no acordo estava a Moção de apoio aos candidatos. Como nós já tínhamos discutido, tanto eu como a Fernanda, nós demos acordo. Sobre o Liberato Salzano, eu considero muito importante fazer aqui um registro. É a única escola, no Município de Porto Alegre, que atende desde a educação infantil ao ensino médio e técnico nesta Cidade, e está passando por dificuldade imensas. Eu queria aproveitar que o autor da proposição é um Vereador da base do Governo, do PDT, que se reivindica da área da educação. Eu estive, na semana passada, visitando a Escola Liberato. O colégio convive com uma obra há dois anos; a obra parou em dezembro, em janeiro não funcionou, em fevereiro, só a parte elétrica. E começou o ano letivo no meio do caos, com uma absoluta falta de professores. A equipe não é composta, não começou o laboratório de aprendizagem, várias áreas estão sendo dadas por professores não habilitados. Coisa que nós nunca vimos na Rede Municipal de Ensino: professor de Educação Física tem que responder por Artes, os professores têm que dar conta de outras disciplinas. A Escola Liberato Salzano Vieira da Cunha está sofrendo com a falta de professores, situação gravíssima, porque tem problema de inclusão escolar: duas crianças autistas na mesma sala de aula e o professor sem o suporte. O laboratório de aprendizagem, que é importantíssimo para o avanço escolar, não abre, porque os professores estão todos suprimindo a falta de profissionais, orientadores, supervisores, todos na sala de aula para os alunos não irem embora.

Então, eu quero aproveitar que nós estamos encaminhando uma homenagem, Ver. Mario Manfro, para que a Secretaria de Educação, de fato, faça um mutirão e supra as necessidades da Escola Liberato Salzano, e dizer que esta não é uma pauta isolada. A falta de professores, semana passada, motivou a escola Dolores, da Restinga, a parar as atividades. Os alunos foram para a rua porque faltam professores no quadro para fins da escola funcionar. Assim estão muitas escolas municipais. Eu não estou falando da falta de

professores das escolas estaduais, porque a RBS se dedicou bastante, na semana passada, todos os dias, a tratar das escolas estaduais, e o Professor José Clóvis emitiu uma norma para ter fluxo, rapidez na sintonia com as direções para suprir falta de professores. Ele está nomeando e está contratando. Então, eu quero deixar muito claro que o compromisso é com todas as redes, mas estamos com problemas sérios na rede municipal.

Nesta quarta-feira, pela manhã, haverá um ato da educação e dos funcionários públicos municipais, em frente à Prefeitura, e uma das pautas é a falta de professores, a falta de condições de trabalho. A Escola Liberato Salzano é um educandário histórico deste Município. Eram duas escolas: tinha a diurna e a noturna, que foram aglutinadas. O espaço é imenso e é importantíssimo para a juventude Zona Norte, e é inaceitável que em janeiro e fevereiro a obra praticamente não aconteceu, quando devia ter sido concluída para a escola estar em plenas condições de funcionamento. O grupo de professores está absolutamente estressado. Eu fiz fotos da escola e não sei como os alunos não estão tendo acidentes, não sei como a escola gerencia para garantir a segurança dos alunos e das alunas.

A nossa homenagem tem que ser esta, aqui da tribuna, no ato solene, mas tem que ser buscando condições de trabalho para os professores, alunos e funcionários da Escola Liberato Salzano Vieira da Cunha, colégio da educação infantil ao ensino médio.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 026/14.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; Ver. Mario Fraga, primeiro os meus parabéns ao senhor que está fazendo realmente uma bela homenagem, e, certamente, a comunidade vai lhe agradecer porque o senhor merece.

Sessenta anos de atividade, imaginem! Só que a Ver.^a Sofia não falou a verdade!

V. Exa. foi Secretária, por que não reformou o colégio? V. Exa. teve todo o tempo para reformar a Escola Municipal Dr. Liberato Salzano Vieira Da Cunha? Nós estivemos com o Prefeito na comunidade; não é isso que a senhora está falando! Não é isso! Vários

professores estiveram lá e ficaram muito agradecidos à Secretária Cleci, que é um exemplo de Secretária; ao Prefeito José Fortunati, que esteve lá visitando as obras, juntamente, com o seu Vice-Prefeito, Sebastião Melo.

E os professores mostraram um auditório que terá capacidade para 200 pessoas.

Acho que na Rede Municipal, é o único que tem um auditório desse tamanho. Quero dizer à Ver.^a Sofia que ela teve oportunidade, sim, de fazer a reforma. Ficaram por 16 anos no Governo e não fizeram, por quê? Agora, o Governo José Fogaça e a Secretária Cleci estão fazendo uma reforma e um trabalho muito bem feito, acompanhados pela comunidade, pais e alunos. Eu acho estranho que a Ver.^a Sofia foi Secretária e critica uma reforma. Não existe obra sem alguns transtornos; V. Exa. sabe que não existe. E V. Exa. foi Secretária, teve um bom tempo na Secretaria, por que não determinou que fizessem uma reforma? Ou quem sabe, quando Vossa Excelência está do lado de cá é uma pessoa, e quando está do lado de lá é outra?

Então, nunca, durante os 16 anos do seu Governo, o seu Prefeito esteve lá visitando a Escola Municipal Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha?! Em hipótese alguma! Nunca foi! E o Prefeito José Fortunati é a terceira vez que vai lá. É um Prefeito que não se esconde atrás das cortinas, em cima do muro! É um Prefeito que leva seu Vice-Prefeito, seus Secretários junto. Se houve problema de atraso, eles não se esconderam, em hipótese alguma!

Por isso eu digo que V. Exa. não falou a verdade! Por que a senhora não vai junto com o Prefeito na comunidade? Por quê? O Mauro Pinheiro já foi, e viu que o Prefeito é muito bem recebido sempre! Vi várias vezes o Mauro Pinheiro até tirando fotinho com o Prefeito, lá na sua região! E aí? Eu achei interessante o Mauro Pinheiro fazer essa foto junto com o Prefeito! Então, eu digo, tem que acompanhar! Olhem a agenda do Prefeito, e vão junto, Ver.^a Sofia! Eu ia junto com a senhora, quando a senhora foi Presidente desta Casa! Eu ia junto! E, agora, por que a senhora não vai junto com o Presidente Professor Garcia? Tem toda a oportunidade de ir junto com o Prefeito, de falar com o Vice-Prefeito, Sebastião Melo, que está todos os dias nesta Casa. Não precisa a senhora vir criticar um trabalho que está sendo feito. Tenho certeza absoluta que a comunidade está muito feliz pelo que está acontecendo lá; não é isso que a senhora falou. Então, Ver.^a Sofia, a senhora teve oportunidade de fazer; não fez porque não quis.

Obrigado, senhores. Agradeço ao meu Líder, Ver. Cassio; ao Ver. Paulinho Brum; ao nosso querido Ver. Elizandro Sabino. Ver. Mario, parabéns, mais uma vez! Merecidamente, o senhor faz essa homenagem, que vai ser um grande ganho para a Cidade. E nós queremos estar junto com o senhor nessa homenagem, porque, realmente, é um reconhecimento da Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Alceu Brasinha. O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 026/14.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, colegas funcionários desta Câmara, senhores e senhoras que estão, neste momento, nos assistindo, aqui e através da TVCâmara. É louvável o projeto do colega Ver. Mario Fraga. Trata-se de uma escola que tem o mesmo nome de uma liderança do PDT, do tio do Deputado Federal Vieira da Cunha. E esse respeito que a Ver.^a Sofia Cavedon tem pela educação, até por ser professora, eu louvo muito. Acho que essa defesa pela sua bandeira, a educação, falando, neste momento, que, além dessa homenagem que temos que fazer... A Escola, que tem a direção do Sr. Flávio Müller, tem um comprometimento muito grande com os seus alunos e com os seus professores, mas, Prof.^a Sofia, eu acho que a senhora esquece algumas situações que o seu Governo não tem feito. Como disse o colega, a senhora já foi Secretária Municipal de Educação; acho que a senhora esquece esse passado. Há pouco tempo, visitei a Escola Estadual de Ensino Fundamental Clotilde Cachapuz de Medeiros, assim como o Colégio Estadual Odila Gay da Fonseca, escolas construídas pelo Governo do Leonel Brizola. Eu vi na escola Clotilde Cachapuz de Medeiros - sei que o Presidente também esteve lá - uma obra do Governo do Estado que tem que ser denunciada ao ministério Público! Uma obra que está há muitos meses com uma placa de R\$ 600 mil e, com certeza, aquela obra mal feita não passa de R\$ 5 mil! Uma obra com dois funcionários contratados por uma empresa que ganhou a licitação. Essa escola, pelo descaso do Governo do Estado, estava caindo; eu denunciei para a Defesa Civil. E aqui só se fala de um lado da moeda.

Professora, fale também da falta de investimento em Educação por seu Governo! Fale também do plano de carreira dos professores, que nós gostaríamos que tivesse! E fale dos investimentos nas escolas públicas estaduais, que gostaríamos que fossem implementados para que elas não estivessem caindo! Nós andamos nas escolas dos bairros e não fazemos vistas grossas! Mesmo sendo do Estado, elas interferem na história dos nossos bairros, das vilas, da nossa gente. Eu já falei do piso! Acho que a professora devia levantar essa bandeira com seus pares! Vamos levantar o respeito aos professores, ao seu sindicato, à bandeira da Educação e vamos trabalhar no plano de carreira dos professores que foi prometido por esse Governo! Vamos também trabalhar no respeito aos professores estaduais, aos alunos por essa falta de investimento nas escolas públicas estaduais! Como era uma luta de quando era estudante e presidente do grêmio estudantil, infelizmente, continua com essa mesma história, essa mesma balela. Mais investimento à Educação, mais verba para a Educação. Queremos mais verba para a Educação e respeito do Governo do Estado aos Professores e alunos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 026/14.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quando a gente não cumpre acordo, acabam acontecendo essas coisas. Vários Vereadores querem se manifestar, até porque, quando a Ver.^a Sofia subiu a esta tribuna, parecia que nós estávamos, no Rio Grande do Sul, na Ilha de Caras. Parece que o Rio Grande do Sul tem os melhores índices de educação, de alfabetização, as melhores escolas; e não é uma verdade isso. Só que, quando vem para Porto Alegre é um discurso, quando é no Estado, é outro discurso. Todas as mazelas, tanto na Educação, na Segurança, na Saúde são problema de Porto Alegre, não são problema do Governo do Estado... Eu acho que, para o Governo do Estado, nós vivemos como naquela música do Paralamas do Sucesso que diz: “De um lado esse carnaval, de outro, a fome total”. Só o Governo do Estado faz as coisas certas. Mas eu queria ver onde é que está essa escola maravilhosa que a Ver.^a

Sofia diz que nós temos no Rio Grande do Sul, porque vemos os canais de televisão mostrarem escolas sem teto, escolas com as quadras destruídas, os alunos não podendo estudar porque caiu chuva dentro da sala de aula. Onde é que está essa escola? Os professores com esse salário... porque não foi cumprido o piso do magistério. Eu, como sindicalista, desafio qualquer um a me provar que os professores estão ganhando o que tem que ganhar. Piso é piso. Piso é o que vai normatizar o Fundo de Garantia, piso é o que vai normatizar as horas extras, piso é o que vai normatizar a ajuda de transporte, vai normatizar o salário da pessoa! Isso é piso; o resto é penduricalho! Isso é o que vai levar para a aposentadoria, não é o penduricalho. Aí a Vereadora vem aqui, na tribuna, e faz um discurso só para uma homenagem para uma escola desta Cidade que a Câmara de Vereadores está fazendo. Aí a Vereadora se esquece de propor uma homenagem para alguma escola estadual. Proponha uma homenagem para uma escola estadual situada em Porto Alegre, proponha! Por que não propôs? Porque não tem o que homenagear, a Vereadora é professora, mas, em nenhum momento, até agora ela não subiu nesta tribuna para falar do cumprimento do piso nacional dos professores, instituído pelo Governador Tarso Genro e, aqui no nosso Estado, não foi cumprido. Hoje, os professores do Município ganham mais que os professores do Estado, porque o Município de Porto Alegre cumpre o piso nacional dos professores. O Município de Quaraí, cujo Prefeito é do nosso Partido Solidariedade, cumpre o piso nacional, e o Estado do Rio Grande do Sul não consegue cumprir o piso nacional dos professores. Aí a professora usou o expediente do Ver. Mario Fraga de fazer uma homenagem para essa escola para fazer um discurso que a Educação de Porto Alegre está um caos, mas um caos está a Educação no Rio Grande do Sul! Um caos está a Educação no Rio Grande do Sul, que há muito tempo vem ficando abaixo de outros Estados! Em um caos estão as escolas do Governo do Estado! Essas estão um caos!

Nós íamos somente aprovar uma homenagem que o Ver. Mario Fraga propõe, nesta Casa, mas a Ver.^a Sofia trouxe à discussão a questão da qualidade do ensino em nosso Estado. Então, eu acho que nós temos que discutir realmente a qualidade de ensino em nosso Estado. Já era para nós estarmos discutindo aqui o sistema cicloviário da nossa Cidade, mas, por não cumprirmos acordos, voltamos a discutir, novamente, um tema que era só uma homenagem para uma escola do nosso Município, mas nunca olhando para o nosso pé: “De um lado esse carnaval, de outro, a fome total.” Parece que vivemos no

Estado em uma Ilha de Caras e em Porto Alegre vivemos no pior lugar do mundo, na Bósnia do mundo. Não é verdade, Porto Alegre tem avançado em algumas coisas e tem deixado a desejar em outras.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 026/14, como autor.

O SR. MARIO FRAGA: Ver. Professor Garcia, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público das galerias, público que nos assiste pela TVCâmara; peço desculpas às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores porque havíamos feito um acordo de não falar em nenhum projeto até que entrássemos no assunto do Plano Cicloviário, que vai ser discutido hoje. Então, peço desculpas, neste momento, pelo que aconteceu aqui. Mas, como o requerente que faz a homenagem aos 60 anos da Escola Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha sou eu, sou obrigado a falar depois que os meus colegas falaram, em especial, depois de a Ver.^a Sofia Cavedon falar. A Ver.^a Sofia Cavedon veio aqui aproveitar o momento, veio aproveitar o momento aqui, Ver. Brasinha, para falar da educação! Ora, imaginem se o PT – Partido dos Trabalhadores tem condições de falar em educação neste momento, com a falta de professores que os órgãos estão fazendo, Ver.^a Sofia, não é o Ver. Mario Fraga! Eu não tenho essa índole! V. Exa. me conhece muito bem. Os órgãos públicos estão fazendo, o jornal Diário Gaúcho faz reportagens diariamente...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. MARIO FRAGA: Desculpe, privados. Desculpe, Vereadora! Os órgãos privados da imprensa, em especial, o jornal Diário Gaúcho, que faz referência, todos os dias, à falta de professores.

Eu agradeço aos Vereadores Cláudio Janta, Brasinha e Delegado Cleiton, que falaram no meu lugar aqui o que teriam que falar e o que eu não gostaria de falar. Mas eu sou

obrigado a lembrar V. Exa., Ver.^a Sofia, que, o ano passado, eu pedi que V. Exa. me ajudasse na Escola Estadual Tancredo Neves, ali no Parque Lavoura, Delegado Cleiton. Até hoje, a situação da Tancredo Neves continua a mesma. Há quatro anos a escola foi interditada, Ver. Brasinha, tem dois prédios lá para 500 alunos. Hoje os 400 alunos – tiraram cem – estão amontoados num prédio. Faz quatro anos! Eu solicitei ajuda da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. Mauro Pinheiro. Até a assessora da Ver.^a Sofia esteve comigo lá na Secretaria de Educação e, até hoje... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...E a Ver.^a Sofia Cavedon me pergunta se o Tancredo Neves, ali no Parque Lavoura, está em obras. E eu respondo, Ver. Brasinha: não, não está em obras! Faz quatro anos que aquela comunidade espera uma obra lá no Tancredo Neves! Faz quatro anos que não sai essa obra! E a Professora Sofia Cavedon vem falar aqui de falta de professor, falta de obra na Escola Municipal de Educação Básica Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha. Então os meus colegas Vereadores já responderam, em especial o Ver. Brasinha que esteve lá com o Prefeito Fortunati. O Delegado Cleiton e o Ver. Cláudio Janta, que rodam o Estado, sabem o que acontece nas escolas estaduais com a falta de professores. Então eu peço desculpas, mais uma vez, à comunidade que está aqui para tratar do Plano Cicloviário da cidade de Porto Alegre. Mas eu faço esta fala para fazer justiça à Escola Municipal de Educação Básica Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, que faz, nada mais e nada menos, Ver.^a Sofia, 60 anos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento nº 026/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Aprego a Emenda nº 17, de autoria de vários Vereadores, ao PLCE nº 010/13.

Em votação o Requerimento, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 09 ao PLCE nº 010/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 010/13.

O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a discussão e votação do PLCE nº 010/13. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Então, temos, agora, para enfrentar esses dois projetos; um deles de nossa autoria, fruto de uma discussão já de três anos, que é justamente esse que cria o Fundo do Plano Diretor Cicloviário para receber os recursos das contrapartidas, das multas de trânsito - isso está previsto lá no Plano Diretor Cicloviário de 2009. Nós protocolamos este projeto, eu tenho cópia do protocolo aqui, no dia 02 de janeiro de 2013 – primeiro dia como Vereador nesta Casa. O projeto seguiu, tramitou, foi aprovado nas comissões e agora está para análise nesta data. Portanto, é regimental e legal estar antes o projeto do Executivo. Sabemos que o Executivo também tem um projeto tramitando, já com 17 emendas até o momento. Vejam que a arrogância do Executivo é tanta que em momento algum, Ver.^a Séfora, nos procurou, porque os dois projetos tratam da criação de um fundo, o do Executivo sem o fundo, sem a garantia das multas de trânsito. Então, no mínimo, é um desrespeito a um mandato o não diálogo. Este projeto do Executivo chegou aqui em julho do ano passado, seis meses depois, e veio, justamente, Ver. Mauro, depois que o Município foi condenado por não cumprir o Plano Diretor Cicloviário. E, pasmem, nós sempre dizíamos que a emenda era do Ver. Beto Moesch, mas, Ver. Nereu, Ver. Mario, Ver. Thiago, Vereadores da Bancada do PDT, essa emenda que garante a origem das multas de trânsito para a construção de ciclovias e campanhas educativas é do Ver. Beto Moesch e do Ver. Mauro Zacher, Líder da Bancada do PDT na época.

Portanto, eu quero me solidarizar com a Bancada do PDT, que está sendo tensionada para agora revogar aquilo que comemorou lá em 2009, que foi a aprovação dessa

emenda, a emenda que garante que no mínimo 20% do montante arrecadado com multas de trânsito seja aplicado nos programas educativos e na construção de ciclovias.

Então, vejam, especificamente sobre a inversão da ordem, o nosso projeto entrou primeiro na Pauta, entrou primeiro na Ordem do Dia, portanto é regimental, legal e teremos que votar. Nós teremos que dizer aqui, Ver. Flecha Negra, se o mandato de um Vereador pode ser atropelado pelo Executivo. É isto que nós vamos votar nesse momento: Se o senhor pode apresentar um projeto de lei, e o Executivo apresentar um projeto com o mesmo tema e ignorar o seu, Ver.^a Séfora, Ver. Tarciso, Ver. Bernardino. É isto que está em votação nesse momento.

Portanto, faço questão, e não é nenhuma necessidade de ter protagonismo nisso, eu até concordaria em aprovar o projeto do Executivo, que vem na sequência, desde que não se revogue essa garantia, que é a origem dos recursos, a origem das multas previstas aqui e propostas, repito, pela Bancada do PDT e pela Bancada do PT.

Então, Vereador, Líder do Governo, nós estamos aqui, é simples, e vamos ver se esta Câmara decidirá atropelar o mandato de um Vereador da oposição, ou manter a ordem conforme já está abrigado pelo Regimento. É disso que se trata. Não vou entrar, aqui, no mérito, nós temos 17 emendas, quase todas destacadas, mas é por aí que eu acho que a Câmara deveria... Eu acho que isso cria um precedente muito perigoso. Quaisquer dos mandatos que estão aqui, sejam de situação ou oposição, podem, a partir de agora, criar essa jurisprudência, Ver. Nedel, de serem atropelados por projetos do Executivo com o mesmo tema e sem diálogo. Fica o pedido para mantermos a ordem de votação conforme dispõe o Regimento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato.

O SR. DR. THIAGO: Ilustre Presidente, ilustre público que nos assiste na tarde de hoje, quero voltar ao que o Ver. Marcelo Sgarbossa trouxe a esta tribuna, que é a Emenda nº 01 ao PLCE nº 010/08, e dizer que, sem nenhuma pretensão de autoria nisso, Ver. Marcelo, tinha falado com V. Exa. sobre isso e me lembrava exatamente dessa votação. Lembrei que o Ver. Beto Moesch teve alguma dificuldade em coletar essa assinatura

porque era um momento em que só Líder poderia fazer emenda, e o Ver. Mauro Zacher, Líder do PDT na época, e com anuência e votação uníssona de toda a Bancada do PDT, votou essa emenda favoravelmente. Dizia a V. Exa. que não tinha mudado a minha opinião, não tinha, inclusive, elementos para mudá-la. Quero reafirmar desta tribuna: não mudei de opinião com relação a isto, até porque, toda semana, vejo esta questão, tanto dos ciclistas mutilados quanto dos que, infelizmente, falecem nesta Cidade, na realidade lá do DML.

Quero assinar embaixo o que eu disse, e já encaminhei até num *e-mail* resposta esses dias, que prezava muito pela sua cordialidade no trato técnico das questões desta Casa. Em função disso, em função de que a matéria já tinha sido afiançada pela Bancada do PDT, eu não vejo motivos para que se mude a diretriz desta votação.

Quero trazer um outro elemento, Ver. Marcelo, que a Casa tem que se debruçar, Ver. Pedro Ruas, que é o art. 195, § 1º, do Regimento (Lê.): “Quando projeto de autoria do Poder Executivo tratar da mesma matéria de proposição de autoria de Vereador, Comissão ou Mesa, não haverá declaração de prejudicialidade, entretanto deverá ser dado conhecimento da situação à Liderança da Bancada do Partido do Governo, com sugestões de encaminhamento objetivando concentrar o mesmo assunto em um único expediente”.

Acho que nós devemos reformar esse artigo do nosso Regimento. Acho que devemos retirá-lo inclusive. Tem que haver prejudicialidade. Este é um Poder independente. O Legislativo Municipal é um Poder independente. Tem que haver prejudicialidade, sim! Se há prejudicialidade entre nós, e permanece o projeto mais antigo, tem que haver essa prejudicialidade. Nós estamos com diversas situações nesse sentido. A Ver.^a Lourdes me apoia nesta fala, porque ela tem uma situação exatamente assim. Ela tem um projeto anterior e o Executivo encaminha para cá um projeto posterior, com o mesmo objeto. Tem que prevalecer a anterioridade e tem que ser dado o protagonismo ao Vereador proponente. Então, acho que devemos fazer uma profunda reflexão sobre esse artigo, e a minha sugestão e o meu voto, Ver. Paulo Brum, que me ouve atentamente, é que nós possamos suprimir esse parágrafo do art. 195, do nosso Regimento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna para encaminhar contrariamente à inversão da Pauta, encaminhar no sentido que entendo como correto – e já direi por que –, que nós votemos primeiro o Projeto do Ver. Sgarbossa. Há uma história, neste Projeto, de uma construção coletiva. Agora o Ver. Ferronato, Líder do Governo, nosso querido e respeitado colega, não pode retirar o Requerimento; pediu a inversão, mas não lhe faculto retirar o Requerimento. Então, eu estou solicitando aos nossos Pares, à medida que o Ver. Ferronato está impedido de retirar o Requerimento, que nós votemos contrariamente à inversão. Primeiro, em respeito a todo o processo que foi encaminhado pelo Ver. Marcelo Sgarbossa. Aliás, o Vereador é parte dessa luta, vem de um setor de que participou e, mais do que isso, elaborou no conjunto dos movimentos que lutam e colocam essa luta de um Plano Cicloviário num patamar também diferenciado. Num patamar diferenciado que eu já encaminhei nesta tribuna, e eis um dos méritos do Projeto do Ver. Sgarbossa, que é a compreensão do significado desse Projeto não como algo isolado, mas um Projeto que está incluído com a legislação do Plano Diretor Cicloviário com fundo e está inserido na política discutida em nosso País, nos Municípios, nos Estados e culminando com a 5ª Conferência Nacional das Cidades, que discutirá a reforma urbana. A reforma urbana tem quatro itens estratégicos: habitação, saneamento, mobilidade urbana e controle social. Portanto, a questão das ciclovias está inserida no Plano de Mobilidade Urbana, que, por sua vez, está inserido no Plano maior da reforma urbana. E isso é decisão política de Governo, isso é decisão passada por Conferência das Cidades.

Eu sou membro do Conselho Estadual da Cidade, e essa é uma discussão que inclusive tem-se feito nos Conselhos: se nós queremos a mobilidade urbana, queremos tirar os carros da Cidade, tem que ter alternativas importantes e viáveis. Nós temos discutido nesta Câmara, no processo inclusive relativo ao transporte coletivo; tem que ter transporte de qualidade, e a ciclovia é uma modalidade importante, que deve estar integrada aos outros meios de transporte.

Por fim, a nossa Bancada votará contrariamente à inversão; quero solicitar aos Vereadores e Vereadoras de todas as Bancadas, para que nós possamos manter uma

relação de autonomia e independência dos Poderes. A Câmara Municipal de Porto Alegre não pode ser podada, ainda mais quando representa uma demanda que é mais do que uma demanda, que é exatamente isso que nós colocávamos há pouco: está inserido num projeto maior, da mobilidade urbana, que, por sua vez, está inserida a reforma urbana. Portanto, Ver. Marcelo, a Bancada do PCdoB espera que a Casa vote contrariamente à inversão, para que nós possamos dar prioridade a este projeto, pela prioridade que ele estabeleceu a partir de uma discussão com a sociedade. Primeiro projeto que o Vereador apresentou nesta Casa, numa relação direta com aqueles que atuam nessa área. E mais do que isso, um projeto que tem uma contribuição valiosa sob o ponto de vista da mobilidade e da reforma urbana na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 25 votos **NÃO**.

Em discussão o PLCL nº 035/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 035/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Em primeiro lugar, quero agradecer a votação unânime para manter a ordem, que é regimental, porque o meu projeto efetivamente entrou antes do que o projeto do Executivo. Eu vou poupá-los hoje, e tomara que não seja necessário na quarta-feira, de assistirem ao vídeo da reunião na EPTC com o Cezar Busatto, o Movimento Cicloativistas e pessoas de Porto Alegre. O Secretário Cezar Busatto foi à EPTC com o Diretor-Presidente Cappellari ao lado e disse: “Estou aqui em nome do Prefeito para dizer que, a partir do ano que vem, cumprimos a destinação dos 20% das multas para as campanhas educativas e construção de ciclovias”, Ver. Valter. Então, a partir daí – ele foi amplamente aplaudido – e não vou colocar novamente o vídeo; poderia fazê-lo, mas não o farei hoje – e, a partir daí, surge uma confiança no Governo Municipal de que faria, efetivamente, a aplicação desses recursos. Pois não o fez. Surge, então, uma ação judicial, promovida por uma entidade provocando o Ministério Público; o Ministério Público entra com uma ação judicial em 2011 e condena o Município ao

cumprimento da lei, da emenda, como falei antes, do Ver. Beto Moesch e da Bancada do PDT – emenda que destina 20% das multas de trânsito para as campanhas educativas e construção de ciclovias.

Entendeu-se que era necessário um fundo, e nós, no primeiro dia do mandato, protocolamos um projeto de lei que cria o fundo municipal de gestão do Plano Diretor Cicloviário Integrado – PDCI. Vejam, chegaram a alegar, talvez alguém contrário ao projeto alegue isso, dizendo que é inconstitucional, porque é um Parlamentar, um Vereador prevendo a criação de um fundo, e isso seria inconstitucional.

Durante a tramitação do processo judicial, a Prefeitura Municipal alegou a inconstitucionalidade da emenda do Ver. Beto Moesch, dizendo que vincular recursos orçamentários para um determinado fim seria inconstitucional.

Pois bem, o Tribunal de Justiça derrubou esse argumento dizendo que multa não é Orçamento, portanto é possível criar uma vinculação específica. E nem poderia ser diferente, nem poderiam as multas de trânsito fazer parte do Orçamento do Município de Porto Alegre; aí, sim, daríamos razão para quem diz que a EPTC tem uma sanha arrecadatória, e, para garantir o Orçamento, multa as pessoas. Portanto, se multa não é Orçamento, multa pode ter uma destinação específica, e ela não está tendo.

Então, nada melhor do que a criação de um fundo específico via parlamentar - repito, não estamos mexendo em Orçamento municipal -, um fundo que receberá os recursos das multas, das contrapartidas, de outras doações previstas em lei, ou seja, qualquer tipo de doação prevista em lei estará compreendida nesse fundo. E esse fundo, para ser gerido com controle social, será paritário, ou seja, se tiverem cinco integrantes da sociedade civil, teremos cinco do governo, e será escolhido o presidente dentro dos seus integrantes.

A comparação com o projeto do Executivo, que votaremos na sequência, cria, também um fundo, abre mão da origem das multas e torna esse comitê gestor totalmente desproporcional, com sete integrantes do governo e dois da sociedade civil. Então, nós enfrentaremos na sequência, esse projeto. Espero que não, porque, aprovando o nosso projeto, que não dispensa a origem das multas e torna o comitê gestor paritário, no nosso entendimento, automaticamente, faz perder o objeto. Nós vamos, em seguida, criar um outro fundo para a mesma finalidade.

Faço aqui a defesa do nosso projeto, porque é o melhor para a Cidade. A Prefeitura confunde os dinheiros, o que vêm das multas de trânsito com o que é orçamentário. Tem uma emenda, aqui, do Ver. Cassio Trogildo – espero que não precisemos debatê-la –, que coloca, do Orçamento, essa vinculação, portanto, inconstitucional, na alegação da própria Prefeitura. Durante a tramitação do processo judicial, foi justamente esta a alegação do Município: é inconstitucional a vinculação, via parlamentar, de recursos orçamentários. Pois bem, a emenda do Ver. Cassio vincula Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Marcelo Sgarbossa prossegue a sua manifestação de discussão do PLCL nº 035/13, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O nosso projeto, que está à disposição dos colegas, ficou muito preocupado em não interferir em esferas ligadas ao Executivo. Por exemplo, Ver.^a Séfora, na composição do comitê gestor, nós dizemos, simplesmente, que será paritário, porque não queremos dizer quem seriam os integrantes do Governo. Então, simplesmente, paritário, com uma presidência rotativa, enquanto que o projeto do Executivo, além dessa desproporção, diz que a presidência desse comitê gestor será sempre do Executivo – com o que nós também não concordamos.

Então vejam que nós temos dois caminhos: aprovarmos um projeto – concordo que de uma certa generalidade – que cria um fundo, sem abrir mão de nenhuma garantia de origem dos recursos; ou derrubamos esse nosso projeto e passamos para o projeto do Executivo. Temos já 17 emendas. Discutimos educação, composição, retirada dessa garantia da origem das multas, e aí nós ficaríamos, aqui, por muitas horas, discutindo. Estamos à disposição para fazer esse debate, que é um debate importante.

A Cidade tem, hoje, prevista, no seu Plano Diretor Cicloviário, essa lei de 2009, com 395 quilômetros de ciclovias; e, em cinco anos, nós temos apenas 20,5 concluídos. Então nós estamos muito longe para podermos nos dar ao luxo de abrir mão de recursos. E as campanhas educativas, outra das duas grandes finalidades desses recursos, não existem. Os motoristas na Cidade não sabem do art. 201 do Código de Trânsito, que diz que se deve, ao ultrapassar um ciclista, reduzir a velocidade e guardar a distância mínima de 1,5

pág. 47

metro. Então, vejam, se tivéssemos o Plano de Cicloviás quase concluído, campanhas educativas repetitivas, todos já sabendo como se comportar no trânsito, bem, aí poderíamos cogitar a possibilidade de revogar essa origem das multas. Mas não é o caso. E não vemos dificuldade nenhuma! A EPTC já não consegue, com o recurso das multas, compor seus próprios gastos: 70% do seu gasto já vem do Orçamento do Município. Portanto, qual é a dificuldade de repassar à EPTC aquilo que se arrecada em multas, obviamente, com uma destinação específica?

Quero dizer que o nosso projeto tem uma generalidade, não entra em competências específicas do Executivo, cria o fundo e torna o comitê gestor paritário, deixando para o Executivo a sua regulamentação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 035/13.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu tenho ficado muito impressionado ao longo deste ano com os equívocos políticos que temos cometido aqui. É muito difícil esta fala, na medida em que ela pode implicar alguma crítica a companheiros, a colegas ou a funções que eventualmente alguns Vereadores estejam exercendo. Eu tenho um carinho muito grande pelo Ver. Aírto Ferronato, porque é uma figura humana singular e nosso Líder do Governo. Eu já fui Líder do Governo e conheço as dificuldades dessa função, mas é preciso estabelecermos um canal de interação, meu caro Emerson, que já foi vereador aqui na Casa, tem feito um trabalho importantíssimo de ligação, de dedicação, na EPTC, conosco. Mas alguns equívocos, voltando ao que queria falar, são gravíssimos, do ponto de vista político. Esta bandeira, Ver. Marcelo, com todo o respeito, sei que o ilustre colega é um militante da causa, elegeu-se com este compromisso, mas não é bandeira de uma pessoa só, até porque tem um coletivo aqui. Esta bandeira também foi incorporada por nós, quando o Ver. Marcelo não era nem Vereador ainda, quando nós aprovamos o Plano Diretor Cicloviário. Eu lembro de audiências públicas e discussões, eu lembro do Lagartixa, que não está aqui, que sempre estava presente, tanta gente, lembro que tivemos aquele pequeno entrevero ali no Mercado Público, onde conseguimos colocar os bicicletários - com 145 anos, não

tinha bicicletário. E aí se colocou dentro, um em cada quadrante; depois se colocou fora. Até bolamos aquele modelo chamado “bicicuiá”, que está lá. Até tive discussões internas no Governo, porque queriam saber por que tínhamos instalado, sem consultar a tal da CAIMU. Eu digo mais: vem cá, a vida na cidade é dinâmica; a burocracia, às vezes, é insensível para a vida na cidade. E a gente tem que fazer as coisas acontecerem, porque as pessoas não podem ficar esperando. Gil Almeida, essa bandeira é nossa, meu querido Gil! Também. E agora estão nos colocando numa posição que parece que nós somos adversários ou contrários aos ciclistas, ou ao cicloativismo, quando, na verdade, fomos nós que encaminhamos, defendemos. Eu lembro, Rejane, reunido contigo ali meu gabinete, quando vim pegar todos os processo para dizer: olha, vamos priorizar esse, este, e trazia. E aí fizemos ciclovia; temos feito ciclovias. Eu digo o seguinte: vou concordar em reduzir os 20% no dia que tiver completado aquilo que está lá no Plano Diretor Cicloviário. E talvez no dia em que tiver completado aquilo, vai haver mais novas demandas por fazer. As pessoas dizem: mas está subutilizada. Está subutilizada, por porque eu, por exemplo, que moro em Petrópolis, e se for sair da minha casa, ali pela Rua La Plata, eu não tenho ciclovia, desde lá do início da Av. Ipiranga, para vir até aqui. E aí, em um bom trecho eu tenho que vir pelo meio da rua, disputando com ônibus.

Na semana retrasada, duas mortes; na semana passada, dois atropelamentos na Rua Vasco da Gama. Eu sou ciclista também. É a mesma coisa com o ciclismo. Agora eu vinha chegando aqui na Rua República, com a Rua Lima e Silva, está ali um motociclista estirado no chão. Também a EPTC está relaxando na fiscalização dos equipamentos obrigatórios para os motobóis e os motofretes, que são os coletes sinalizadores - tem que estar com os coletes e outros equipamentos de segurança. Então, fica esse alerta e esse pedido para EPTC: tem que fiscalizar os equipamentos obrigatórios dos motobóis que estão morrendo aos borbotões, porque precisam trabalhar como motobói e porque tem 21 mil motobóis em Porto Alegre trabalhando em dia de chuva, dia de sol, correndo para cima e para baixo. A criança da gente está doente, está com febre; está lá o motobói para entregar.

Então, meus caros Vereadores, de novo, vou voltar a dizer aqui, Ver.^a Mônica: essa bandeira é nossa. Agora, estão nos botando numa posição tal, é um apelo que eu faço, que parece que nós somos inimigos do cicloativismo ou dos ciclistas, quando, na verdade, nós somos os protagonistas que criamos esse estado de coisas e esse espaço que está

aí. Então, quando a gente fala - eu louvo o esforço de fazer emendas, mas emendas para botar no Orçamento... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Só para concluir, Sr. Presidente, eu estou cansado de ver, às vezes, a gente incluir no Orçamento e o Orçamento, por uma razão ou por outra, não ser executado. Eu gostaria de ter uma razão plausível, concreta, evidente, forte o suficiente para que me fizesse mudar de posição, sem adotar a posição do maniqueísmo: é contra o Governo! Não! Eu tenho sido aqui, as pessoas sabem disso, dos mais aguerridos defensores das causas quando eu considero que elas são corretas e justas, não tenho medo de ir para linha de frente e de fazer a defesa, Gil. Mas tem certas coisas que me aviltam e me violentam como Vereador nas minhas convicções e na própria posição que eu já tive no passado; portanto, naquilo que para mim é fundamental, que se chama coerência do homem público. Então, se for só para lançar no Orçamento, Sr. Presidente, se for para dizer que tem que resguardar 20% no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Valter Nagelstein prossegue a sua manifestação de discussão do PLCL nº 035/13, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Cláudio Janta.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Então, por isso, eu quero dizer duas coisas: eu não posso, por essa condição, ser favorável ao Projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa, embora eu reconheça nele todos os protagonismos, porque eu acho que o Plano Diretor Cicloviário, que nós aprovamos e defendemos e fizemos valer, se basta. Agora, também não posso concordar que façam um Frankenstein do Plano Diretor Cicloviário, porque se está lá definido os 20%, nós temos que aplicar os 20%. Tem dificuldade de licitar? Tem dificuldade de aplicar? Os comerciantes são contra? Não há nada, não há avanço sem resistência. Não há avanço sem resistência, principalmente na política. Nós temos que conversar, temos que dialogar, temos que mostrar, mas nós temos que completar o circuito da Cidade para que as pessoas tenham condições, Janta, de usar com tranquilidade esse modal de transporte, de sair de casa e, no momento em que acessarem uma grande via da Cidade, de poder acessar com tranquilidade, com segurança, de poder chegar ao seu local de trabalho – as vias confluem para o Centro –,

pág. 50

de poder vir até o Centro, de poder voltar. Tem que completar o Plano Diretor Cicloviário. Eu não quero, não desejo e vou lutar, meus caros colegas Vereadores, por aquilo que nós aprovamos, porque fomos nós que aprovamos neste Governo – no Governo do Prefeito Fogaça, no Governo do Prefeito Fortunati, nós aprovamos! É um equívoco político nós nos colocarmos agora como adversários dos ciclistas, porque nós somos os maiores aliados dos ciclistas. Puxa vida! Será que nós não estamos conseguindo enxergar isso, que é nosso o compromisso, que fomos nós que defendemos essa questão? Então, eu faço este apelo e peço, por favor, aos meus queridos companheiros que compreendam a minha posição. Não aceito esses maniqueísmos de dizer que, se não está comigo, está contra mim. Não! Eu estou no lugar onde sempre estive, estou em consonância e coerente com as posições que já defendi no passado e que vou continuar defendendo agora. Por mais que me digam, não me apresentaram razões plausíveis e suficientes para que eu concorde ou para que eu aceite que seja descarimbado esse dinheiro que foi carimbado: está carimbado, tem que ir para lá, tem que fazer um esforço. Se não tem gente, que se ponha gente; se é difícil, que se faça um esforço para superar a dificuldade e que se complete aquilo que está no Plano Diretor Cicloviário, se faça a malha de ciclovias da Cidade. Depois que estiver concluída, nós vamos, todos juntos, sentar, celebrar e ver o que vamos fazer com o recurso que, certamente, vai se abundante e que pode, quiçá, ser aplicado em outros modais, em outras políticas, em alternativas diferentes. Até lá, eu acho que nós temos que defender aquilo que sempre defendemos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLCL nº 035/13.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, Presidente Professor Garcia, ciclistas que acompanham este debate aqui hoje, cidadãos; a minha fala vai ser muito breve e objetiva. Acho que a fala do colega Ver. Valter - e quem acompanha os debates da Câmara sabe que nós, em vários temas, divergimos, isso é saudável - é muito importante: a quebra do maniqueísmo. Esse não é um debate entre oposição e Governo! E aí, com essa fala, nós podemos, talvez, nos abrir ao diálogo e discutir o que é melhor para a Cidade. Acima da

sigla X, Y, da derrota, da vitória do Governo, nós estamos aqui discutindo o futuro da Cidade, das próximas décadas da nossa cidade de Porto Alegre. A minha fala é, sim, uma homenagem ao colega Sgarbossa, individualmente, mas, enquanto representação coletiva, sem procuração de ninguém. Mas ele acabou simbolizando a vinda, aqui dentro da Câmara, de um novo paradigma sobre Cidade. E é isso que está em discussão hoje: qual a Cidade do futuro que nós queremos? É a Cidade que cede sempre ao asfalto e ao concreto? Ou uma Cidade que aceita se repensar em função do convívio, em função do meio ambiente, em função de uma vida mais saudável? E isso requer decisões políticas! Assim como nós decidimos transformar as nossas cidades em grandes rodovias para os carros, vai depender da decisão política nossa em mudar essa realidade para um novo paradigma de mobilidade e de convívio nas nossas cidades. E esse foi o debate que o Sgarbossa trouxe, sim, para a nossa Casa, trouxe para a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, fazendo essa reflexão urgente e necessária. Quem acha que essas 10 obras vão resolver o problema de mobilidade está mais uma vez se enganando! Porque é insaciável essa indústria do carro, a qual o próprio Governo Federal – é verdade –, numa política dos últimos 50 anos, se rendeu às indústrias automobilísticas. A indústria brasileira se tornou dependente dessa praga nas cidades! E é isso que nós temos que reverter! E isso se reverte com decisões como essa, votando num projeto concreto, que garanta, sim, vinculação, ao Fundo, que, aliás, nada mais é do que o fruto da vitória do movimento social já discutido no Tribunal de Justiça de Porto Alegre. Eu acho fundamental, e é preciso dizer isto: o que diferencia uma boa iniciativa de uma má iniciativa, Ver, Valter, muitas vezes, é a capacidade de diálogo. E eu acho, sim, que tem faltado diálogo. Essa é a única ponderação que eu gostaria de fazer. É através do diálogo que se ouve, que se constroem soluções melhores do que aquelas que se constroem a portas fechadas, muitas vezes defendendo interesses – e aqui não estou fazendo juízo moral, estou falando de visões de mundo – que não competem com aqueles que estão nas ruas, lutando por uma nova Cidade, lutando por um modo de vida e lutando, efetivamente, para que nós não tenhamos mais esta chacina no trânsito que temos hoje. Isso se faz de forma concreta, não na época da campanha eleitoral, não propondo emendas que acabam, na verdade, esvaziando a discussão, mas que não resolvem nada. Isso depende de decisão política. E cada um dos Vereadores, quando for votar este projeto do colega Sgarbossa, estará votando no futuro da cidade de Porto Alegre. Talvez

nenhum outro projeto aqui - ou poucos - tenha tido tanta relação com as próximas décadas como este.

Então, espero que possamos fazer esta discussão com sabedoria, racionalidade e defendendo aquilo que efetivamente o mundo nos ensina hoje para ter uma Cidade mais saudável e mais humana.

Parabéns, colega Sgarbossa e a todo movimento por esta luta, e que hoje ela saia vitoriosa com o apoio de todos os Vereadores e Vereadoras aqui da Casa. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Em votação o PLCL nº 035/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com os votos contrários dos Vereadores João Carlos Nedel e Alceu Brasinha.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Presidente, todos viram que eu pedi votação nominal, V. Exa. não me olhou, não verificou. V. Exa. estava falando outra coisa. Eu falei, eu levantei o braço duas ou três vezes, gritei duas vezes. V. Exa. não pode...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu confesso, Vereador, que ainda perguntei e ninguém falou...

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Perguntou e não olhou! V. Exa. olhou para baixo...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não, não olhei para baixo.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Não olhou para o pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu estava olhando para o plenário, Vereador.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL (Requerimento): Eu estava lá levantando a mão: nominal, gritei duas vezes. Todo mundo viu! V. Exa. me desculpe, mas está equivocado. Então, Sr. Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vou consultar a Diretoria Legislativa, Vereador.

O SR. PEDRO RUAS: Presidente, nós temos Regimento, a verificação de votação tem que ter um fundamento, o fundamento tem que ser por uma diferença muito pequena de votos, e não se observou isso. Além disso, tem que ser na Sessão seguinte, ou seja, para a próxima Sessão. Que verificação é esta?

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereadores, me escutem, depois cada um pode fazer o seu juízo, mas quero somente ler o art. nº 175 (Lê.): “Na votação simbólica, o Presidente, ao anunciá-la, convidará os Vereadores favoráveis à proposição a permanecerem como estiverem e os contrários a se manifestarem. § 1º - A Requerimento de Vereador, ou de ofício pelo Presidente, as votações simbólicas poderão ser verificadas nominalmente. § 2º - A prerrogativa prevista no § 1º deste artigo poderá ser utilizada, na mesma Sessão, até o início da votação da proposição subsequente”.

(Manifestação fora do microfone da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Eu anunciei, Vereadora. Vou ler novamente, Vereadora: “Na votação simbólica [foi como eu produzi], o Presidente, ao anunciá-la, convidará os Vereadores favoráveis à proposição a permanecerem como estiverem e os contrários a se manifestarem. § 1º [foi o que o Ver. Nedel fez agora] - A Requerimento de Vereador, ou de ofício pelo Presidente, as votações simbólicas poderão ser verificadas nominalmente. § 2º - A prerrogativa prevista no § 1º deste artigo poderá ser utilizada, na mesma Sessão, até o início da votação da proposição subsequente”.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, o que o senhor está lendo é o Regimento que regula todos nós. O senhor encaminhou a votação por contraste, simbólica, teve uma manifestação contrária; o senhor pediu pela segunda vez, promulgou o resultado como aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Tudo isso está correto.

O SR. ENGº COMASSETTO: ...E deu início ao próximo projeto: “Em discussão o projeto do Governo...” Neste momento, iniciou o processo de votação do próximo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Não começamos a votar ainda. Eu vou pedir mais um minuto para consultar a Diretoria Legislativa.

O SR. ENGº COMASSETTO: Portanto, concluo dizendo que, pela interpretação que temos, é intempestivo e improcedente a fala verbal. Porque ele fez uma fala verbal, sem requerimento até então. Muito obrigado.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, há uma outra questão. Além do Regimento, nós temos que verificar sempre, temos que prever, é nossa obrigação, o futuro das votações na Casa. Na verdade, tem que haver um grau de segurança jurídica, que é o que nós invocamos neste momento. Como vamos ter a possibilidade – e consulto aqui a DL neste sentido – de, em qualquer votação, anunciado o resultado, ter novamente a mesma votação, sustentando esse tipo de argumento. Isso é um problema muito sério para o futuro. É gravíssimo. Abre um precedente de que nós não temos como modificar o Legislativo nesse sentido. É de muita responsabilidade o que vamos decidir agora. O futuro deste Legislativo está em nossas mãos neste momento. Não haverá resultado anunciado de votação que possa, enfim, ser proclamado com segurança a partir deste momento. (Palmas.)

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, o Ver. João Carlos Nedel, depois das suas duas chamadas, não fez nenhum requerimento até agora. Ele veio aqui e disse que queria nova votação, não se baseando em artigo algum. Portanto, acho que, se o Vereador quer fazer algum requerimento, ele tem que fazê-lo, e, por enquanto, o senhor tem que tocar a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Mais algum Vereador?

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, eu insisto no meu Requerimento. É um direito deste Vereador para esclarecimento. E, também, se V. Exa. quiser, as câmeras estão mostrando que nós solicitamos em tempo hábil a votação nominal.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, nós sabemos que é possível solicitar a verificação de votação, mas tem que ser em momento exatamente posterior e dentro ainda da votação daquele projeto. Eu queria, para ajudar V. Exa., pois sei que é uma difícil decisão, lhe dizer que, quando V. Exa. proclama o resultado e ainda há um tempo – e aqui houve a controvérsia –, e V. Exa. anuncia o próximo projeto, V. Exa. está seguindo a folha de rosto, que diz: “priorização de projetos para votação”. O momento que anuncia a votação do próximo encerra o debate do anterior. Obviamente que, dentro do processo de votação, tem a discussão, tem um procedimento, mas é para votação. Aqui está a folha de rosto listada com os projetos para votação, e V. Exa. anunciou o seguinte. Então, nós entendemos que encerradas estavam todas as possibilidades de requerimento. (Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Mais algum Vereador para fazer alguma objeção?

A SRA. JUSSARA CONY: Eu acho que nós estamos aqui querendo preservar o Regimento desta Casa. Neste sentido, Ver. Nedel, com todo o respeito que eu lhe tenho, eu quero manifestar que, entre várias e várias contradições, sempre há uma contradição maior, e a contradição maior é nós quebrarmos o Regimento. A sua manifestação, com todo o respeito, foi extemporânea. (Manifestações nas galerias.)

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, é só no sentido figurativo de defender a Casa. Jamais V. Exa. e o nosso Diretor Legislativo, Luiz Afonso, com toda a sua experiência, quebrariam o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Mais algum Vereador? (Pausa.) Então, eu vou encerrar o microfone de apartes.

O SR. MAURO PINHEIRO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Há um Requerimento em decisão, e V. Exa. tem que dar a decisão e depois fazer a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Diretoria Legislativa diz que o Requerimento de verificação de quórum precede.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Para um pouquinho! Eu fiz um Requerimento anterior, e V. Exa. não me deu o resultado. Aí foi feito um outro Requerimento, posterior.

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Vereador, o art. 19, alínea *m*, diz. (Lê.): “determinar a verificação de ‘quórum’ a qualquer momento da sessão, de ofício ou atendendo requerimento de Vereador.” Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

(18h23min) Encerrada a Ordem do Dia.

Aprego a Subemenda nº 02, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, à Emenda nº 02 ao PLCE nº 010/13.

Aprego Requerimento, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 e a Subemenda nº 02 à Emenda nº 02 ao PLCE nº 010/13.

Aprego Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, solicitando a retirada de tramitação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCE nº 010/13.

Aprego Requerimento, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 14 a 16 de abril de 2014.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Excelentíssimo Sr. Presidente, na pessoa de V. Exa. cumprimento os Vereadores, as Vereadoras, o público que nos assiste nas galerias, na TV Câmara, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna, no período de Pauta, fazer menção a dois projetos de lei que tramitam, de autoria do Ver. Waldir Canal, tendo em vista que esta Casa aprovou a instituição de uma Comissão Especial para debater o projeto de lei do Executivo que tem por objetivo a consolidação das leis de bairro, todas elas, desde a década de 1950, em uma compilação de legislações que vão nos possibilitar fazer um realinhamento de todos os bairros da Cidade; nominar inclusive as áreas da Cidade que hoje não têm nome de bairro. E o trabalho dessa Comissão tem uma relação direta com esses dois Projetos.

O primeiro deles inclui efeméride Semana Municipal do Bairro Humaitá, e o outro inclui efeméride Semana Municipal do Bairro Rubem Berta.

Então, esses dois Projetos tramitam em primeira Sessão de pauta, o Ver. Canal foi eleito vice-Presidente da Comissão junto conosco; Ver. Nedel é o relator; nós detalhadamente estivemos observando as contribuições oriundas da primeira rodada: tivemos 10 Audiências Públicas no ano de 2012, uma apresentando a metodologia, uma por cada região de planejamento, ou seja, as 8 regiões de planejamento, e uma de encerramento, no mês de março de 2012. E, a partir dali, foram colhidas mais de 150 contribuições no que dizem respeito a nomenclaturas de visões de bairros, equipamentos que estavam divididos em bairros diferentes, a exemplo do aeroporto, que era cortado por dois bairros. Algumas situações que envolveram inclusive a divisão de bairros, como é o caso do bairro Jardim Itu Sabará, que traz, agora, a proposta de uma divisão que possa identificar o bairro Jardim Sabará como um bairro, e o bairro Jardim Itu como outro bairro. Nós ainda temos algumas lacunas, e, hoje, ainda conversava com a Ver.^a Mônica Leal, que tem proposta de nós, também, implementarmos o bairro Parque Germânia, que não está contemplado ainda nesse Projeto do Executivo.

Nós apontamos, por parte do Executivo, agora, realinhado com as regiões de planejamento e com o Conselho do Plano Diretor, a criação, de pelo menos, 13 novos bairros na Cidade, alguns deles, no momento inicial, tinham duas ou três sugestões de bairros. Exemplo disso é o bairro Morro Santana que, talvez, pudesse se chamar Alto Petrópolis, mas foi definido pela comunidade que entende deva se chamar bairro Morro Santana. E outras situações, como é o caso do Bom Fim, que a comunidade não está concordando com o Projeto do Executivo, então, a nossa proposta, e estamos no momento de estabelecer a metodologia de trabalho, é que possamos fazer, pelo menos, mais quatro rodadas; uma rodada com cada duas regiões de planejamento, nós avaliáramos em torno, e se dividirmos os quase 80 bairros pelas 8 regiões de planejamento, nós debateríamos, por rodada, em torno de 20 bairros, então a população poderia fazer a sua contribuição. Nós vamos pedir que os Correios e Telégrafos acompanhem os trabalhos da nossa Comissão Especial. Que nós possamos, ainda no primeiro semestre, ter um indicativo de contribuição do Legislativo para com o projeto de lei do Executivo e que a Cidade, então, possa ter a versão final desse projeto de lei com as contribuições do Legislativo.

Cumprimento o Ver. Waldir Canal por esses dois projetos de lei que tramitam em Pauta, em primeira sessão, relativos aos bairros Humaitá e Rubem Berta. Nós fazemos essas considerações para encaminhamento junto à Comissão Especial designada por esta Casa para tratar do projeto de lei do Executivo, que vai... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DR. THIAGO: Ilustre Presidente, ilustre público, que nos assiste através da TVCâmara e do Canal Web, eu aproveito o projeto da Ver.^a Sefora Mota, que versa, em uma das suas questões, sobre a questão da obesidade, para trazer esse importante problema que vai ser o foco da nossa reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente no dia de amanhã. Teremos, aqui, a sociedade civil organizada, através de associações vinculadas ao tema, principalmente à questão da cirurgia bariátrica, que, nos casos

extremos de obesidade mórbida, é uma das opções terapêuticas. Também teremos a presença do Conselho de Psicologia, do Conselho de Nutrição, do Conselho de Enfermagem e do Conselho de Fonoaudiologia para discutirmos, efetivamente, o tema da obesidade.

A obesidade, que, hoje, é um sério problema de saúde pública, precisa de um olhar todo especial nesse sentido. Queremos, então, convidar a população de Porto Alegre, os telespectadores, para que participem dessa e das outras discussões da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, das visitas que temos feito a partir daí a hospitais públicos municipais, a postos de saúde, a pronto-atendimentos procurando, sem dúvida nenhuma, fazer um grande *checklist* de todos os problemas que temos encontrado e apontando para sugestões e soluções. Acho que o mais importante do que levantar somente problemas é poder apontar soluções, dar alternativas.

No HPS, por exemplo, que versa sobre essa questão da saúde, tivemos uma discussão muito importante sobre a missão do Pronto Socorro que tem que se manter, em sendo não só um hospital de trauma, e ser capaz de atender as emergências clínicas da Cidade e principalmente do Centro da Cidade. A questão vinculada ao Hospital Presidente Vargas é a necessidade de podermos expandir e abrir os leitos de neonatologia, pediatria e psiquiatria vinculados à mulher e que hoje estão fechados.

Então é muito importante a participação das pessoas na Comissão, porque, sem dúvida nenhuma, a partir da sociedade nós podemos executar um trabalho melhor. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu venho a esta tribuna porque está tramitando em 1ª Sessão de Pauta o Projeto do nosso grande amigo, o saudoso Marcello Zaffari. Eu apresentei este Projeto para fazer uma homenagem a esse cidadão que tanto contribuiu com a Cidade, com o Rio Grande e com o Brasil, porque a Companhia Zaffari e Bourbon tem 11 mil funcionários, Ver. Janta. É

uma empresa que se destaca no ramo alimentício, mas é uma empresa que sempre preserva o meio ambiente e a sua cidade, que é Porto Alegre, e o Rio Grande do Sul. Então, eu e o Ver. Nedel temos um projeto que sugere que o viaduto da Av. Plínio Brasil Milano, ao lado do Zaffari, seja chamado de Viaduto Marcello Zaffari. Então, que esse viaduto da Av. Plínio com a Av. Carlos Gomes, seja denominado, por projeto de lei, Viaduto Marcello Zaffari. E peço colaboração aos colegas Vereadores para nos ajudar a aprovar esse projeto, porque, realmente, quando se fala na Cidade, quando se fala no cidadão que muito contribuiu para esta Cidade e que continua contribuindo, Ver. Nedel... Tenho certeza absoluta que os meus colegas Vereadores vão aprovar e vão denominar o Viaduto Marcello Zaffari.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Brasinha, eu quero lhe cumprimentar pela importante homenagem a um grande empresário que lutou muito tempo pelo progresso, desenvolvimento, geração de emprego, geração de renda, geração de oportunidade. E com a sua empresa Zaffari conseguiu dar qualidade ao setor de supermercado. V. Exa. foi muito feliz com essa ideia, meus cumprimentos. É uma homenagem da Cidade, é um agradecimento ao Marcello e ao seu grupo empresarial. Meus parabéns.

O SR. ALCEU BRASINHA: Obrigado, Ver. Nedel, pelas palavras. Certamente muita gente lembra, muita gente passou pelo Zaffari, muita gente conhece o Marcello. E essa homenagem será uma homenagem realmente muito tranquila, pelo seu currículo de trabalho, por tudo que esse homem fez com seu Grupo, tudo que ele pode ainda fazer em seu nome e da Companhia Zaffari, juntamente com seus irmãos, que é composta por vários irmãos: Ivo, Pedro, Cláudio, Dona Ivani... E a nossa querida amiga, viúva do Marcello, que é uma excelente pessoa, tenho certeza absoluta que ela ficará muito feliz com a Câmara, muito feliz pela homenagem que os colegas Vereadores farão aprovando esse projeto: Viaduto da Plínio Brasil Milano, Ver. Mauro Pinheiro, será Marcello Zaffari. (Não revisado pelo orador.)

O Sr. Mauro Pinheiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Com certeza, Ver. Brasinha, quero parabenizá-lo pela iniciativa, e tenho certeza que esta Casa

votará positivamente pelo que a família Zaffari fez para o Estado do Rio Grande do Sul e tem feito. Hoje é uma empresa que gera muitos empregos, como o senhor sempre fala. Então, tenho certeza que é uma homenagem merecida e será aprovada por unanimidade nesta Casa. Parabéns pela sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Ver. Brasinha, parabéns pela proposição, quero lhe dizer que segurança também se faz dando emprego, dando dignidade às pessoas. E esse é o caso do Zaffari.

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Visivelmente, não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h40min.)